

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Marcos Alves Corrêa

**Crescimento econômico e democracia:** Uma análise dos efeitos dos regimes políticos sobre  
a performance econômica dos países

Florianópolis

2024

Marcos Alves Corrêa

**Crescimento econômico e democracia:** Uma análise dos efeitos dos regimes políticos sobre a performance econômica dos países

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Cassiano Ricardo Dalberto, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.

Dados inseridos pelo próprio autor.

Corrêa, Marcos Alves

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOCRACIA : UMA ANÁLISE DOS  
EFEITOS DOS REGIMES POLÍTICOS SOBRE A PERFORMANCE  
ECONÔMICA DOS PAÍSES / Marcos Alves Corrêa ; orientador,  
Cassiano Ricardo Dalberto, 2024.

57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Democracia. 3. Crescimento  
Econômico. 4. China. 5. Instituições. I. Dalberto,  
Cassiano Ricardo. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Marcos Alves Corrêa

**Crescimento econômico e democracia:** Uma análise dos efeitos dos regimes políticos sobre a performance econômica dos países

Florianópolis, 25 de Junho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professor Cassiano Ricardo Dalberto, Dr.  
UFSC

Professor Marcos Alves Valente, Dr.  
UFSC

Professor Jonatan Lautenschlage, Dr.  
UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Professor Cassiano Ricardo Dalberto, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2024.

*À memória de Luis Eugênio, meu pai.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus pais, Janine Mara e Luis Eugênio, por sempre estarem ao meu lado, oferecendo um sólido apoio e sendo minha inspiração e força em cada etapa. Eles sempre me encorajaram a persistir e me ofereceram suporte inabalável em todos os momentos.

À minha namorada, Letícia, sou grato por ter passado tantos finais de semana comigo, pela sua compreensão e suporte contínuo durante a reta final da minha graduação. Agradeço cada momento que estivemos juntos e por ser meu refúgio durante os momentos mais difíceis.

Agradeço também aos meus familiares pelo encorajamento e pelas palavras motivadoras.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Professor Cassiano Ricardo Dalberto, por sua orientação essencial e ajuda durante esta fase tão importante.

Aos meus amigos Mariana Segalla, Lucas Viana e Lourenço Gallery, obrigado pelas inúmeras conversas, risadas e por todos os momentos que compartilhamos durante a vida acadêmica. Com vocês, cada experiência foi mais alegre e gratificante.

A todos que de algum modo foram parte desta caminhada, os meus agradecimentos.

## RESUMO

Ao longo de décadas, autores tentaram explicar os motivos pelos quais certos países se desenvolveram e cresceram de maneira diferente uns dos outros. O crescimento econômico espetacular sob a não-democracia na China, a recente ascensão econômica da Índia sob um regime autocrático além do surgimento de movimentos populistas nos Estados Unidos e na Europa colocam em xeque a visão de que instituições democráticas são condicionantes favoráveis para prosperidade econômica dos países. Este trabalho tem como objetivo discutir e enriquecer o debate existente na relação entre democracia e crescimento econômico a partir da revisão bibliográfica de autores renomados e referências na área de economia política e desenvolvimento econômico, centrando sua análise em obras do economista Daron Acemoglu. Assim, o presente estudo considera que apesar de haver uma robustez considerável de um efeito positivo da democracia sobre o crescimento econômico, a literatura mostra-se ambígua e desafiadora, admitindo que empiricamente os estudos podem apontar para diferentes caminhos.

**Palavras-Chave:** Democracia. Crescimento Econômico. China. Acemoglu.

## ABSTRACT

Over the decades, authors have attempted to explain why certain countries have developed and grown differently from one another. The spectacular economic growth under non-democracy in China, the recent economic rise of India under an autocratic regime, and the emergence of populist movements in the United States and Europe challenge the view that democratic institutions are favorable conditions for the economic prosperity of countries. This paper aims to discuss and enrich the existing debate on the relationship between democracy and economic growth by reviewing the literature of renowned authors and references in the field of political economy and economic development, focusing its analysis on the works of economist Daron Acemoglu. Therefore, this study considers that although there is considerable robustness to a positive effect of democracy on economic growth, the literature is ambiguous and challenging, admitting that empirically the studies may point in different directions.

**Key words:** Democracy. Economic growth. China. Acemoglu.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estatísticas Resumidas das Principais Variáveis Utilizadas	22
Quadro 2 - Efeito da Democracia no PIB per capita (Log).	24

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do PIB per capita (em pontos logaritmos) ao longo dos anos pré e pós democratizações	18
Figura 2 - Evolução do PIB per capita após democratizações permanentes.	26
Figura 3 - Evolução do PIB per capita ao longo dos anos pré e pós democratizações.	27
Figura 4 - Evolução da taxa média de crescimento real do PIB per capita anual antes e depois da democratização.	36
Figura 5 - Evolução da taxa média de crescimento real do PIB per capita anual antes e depois da democratização em transições exógenas.	36
Figura 6 - Evolução da taxa média de crescimento real do PIB per capita anual antes e depois da democratização em transições endógenas.	37

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	4
1.2 OBJETIVOS	6
1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	7
<b>2. DEMOCRACIA, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO</b>	<b>8</b>
2.1 DEMOCRACIA: DO SURGIMENTO À CONTEMPORANEIDADE	8
2.2 AS CONDIÇÕES PARA DEMOCRACIA	9
2.3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES	10
2.4 DESENVOLVIMENTO VERSUS CRESCIMENTO ECONÔMICO	11
2.5 CRESCIMENTO E DEMOCRACIA: TRABALHOS ANTERIORES	13
<b>3. DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO</b>	<b>17</b>
3.1 ACEMOGLU E AS BARREIRAS DE ENTRADA	19
3.2 DADOS DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA	20
3.3 PAINEL DINÂMICO ESTIMADO E EFEITOS DE TRATAMENTO SEMIPARAMÉTRICOS	23
<b>3.3.1 Suposição 1 - Exogeneidade Sequencial</b>	<b>23</b>
<b>3.3.2 Suposição 2 - Seleção em observáveis</b>	<b>26</b>
<b>3.3.3 Suposição 3 - Restrição de Exclusão</b>	<b>27</b>
3.4 MECANISMOS	29
3.5 DEMOCRACIA É RUIM PARA PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS?	30
<b>4. VISÕES ALTERNATIVAS E OUTLIERS</b>	<b>32</b>
4.1 JOHN GERRING - UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	32
4.2 A IMPORTÂNCIA DE ARGUMENTOS SOBRE ENDOGENEIDADE	33
4.3 - OUTLIERS	37
<b>4.3.1 O sucesso do modelo chinês</b>	<b>38</b>
<b>4.3.2 Estados do Golfo, influências religiosas e a "Maldição dos Recursos"</b>	<b>41</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A relação entre democracia e crescimento econômico tem sido um tema de debate recorrente na literatura entre economistas, cientistas políticos e formuladores de políticas durante décadas. Enquanto a democracia é elogiada por suas virtudes de liberdade e inclusão, suas implicações no crescimento econômico são complexas. Este trabalho busca explorar e analisar a interconexão entre a governança democrática e o desenvolvimento econômico, destacando as variadas dimensões e perspectivas que permeiam esta discussão.

Atualmente, os níveis de democracia para o cidadão médio global retrocederam ao patamar do ano de 1986. É o que indicam os dados do relatório anual sobre democracia produzido pelo Instituto Sueco *V-Dem (Varieties of Democracy)* de 2023. A pesquisa também aponta para uma deterioração da democracia em várias regiões, com a Ásia-Pacífico atingindo níveis equivalentes aos de 1978. Um fenômeno notável é que, pela primeira vez em mais de duas décadas, há mais autocracias fechadas do que democracias liberais em todo o mundo. Além disso, mais de dois terços da população global, o equivalente a 5,7 bilhões de pessoas, vivem em autocracias. Parte considerável deste número foi influenciado pelo recente nacionalismo autoritário da Índia na última década, onde o país mais populoso do mundo, com mais de 1,4 bilhões de pessoas deixou de ser uma democracia e passou a ser autocracia na classificação do índice. A liberdade de expressão está em declínio em mais de 30 países, em comparação com a década anterior onde o número era inferior a 10. O relatório também destaca um aumento na censura governamental da mídia em dezenas de países ao longo dos últimos dez anos, bem como uma piora na repressão governamental das organizações da sociedade civil. Apesar dessas subseqüentes quedas nos níveis de democracia no mundo, o FMI indica que o crescimento global no ano de 2023 foi de 2,7%.

Países como Taiwan, China e Coreia do Sul alcançaram, durante décadas, altas taxas de crescimento econômico quando governados por regimes autoritários (LOPES 2015). Ainda segundo Lopes (2015) foram notadas fases de expansão econômica também nos períodos menos democráticos de nações como Brasil, Singapura e Japão. De acordo com o *The Democracy Index* da revista *The Economist* (2024) que mede os índices de democracia de 165 países desde 2006, a China ocupa a posição de número 148, já o Brasil por exemplo, está na 51ª posição, segunda consta o último relatório referente a 2023. Em contrapartida, a China

manteve seu ritmo acelerado de crescimento em 2023 (5,2%), enquanto o Brasil cresceu de forma mais lenta (2,9%) no mesmo período. O mesmo relatório sinaliza países da zona do euro como democracias plenas, países estes que registraram crescimento de apenas 0,4% em 2023, enquanto que países do sul asiático, que são em suma maioria autoritários ou autocráticos cresceram 5,4% no mesmo período.

Dentro deste contexto de que não há uma visão única e verdadeira de qual regime de fato influencia mais positivamente o crescimento econômico, a questão que será debatida diz respeito à relação existente (ou não) da democracia para se alcançar altas taxas de crescimento. Nações pouco democráticas podem crescer durante certos períodos. Porém, isto não significa dizer que regimes democráticos produzem efeitos nulos ou negativos sobre o desempenho econômico.

Para Fittipaldi et al. (2017) percebe-se, assim, que seja como *explanandum*, seja como variável explicativa, a relação existente entre democracia e o ritmo da atividade econômica dos países mostra-se ambígua na literatura.

Com base nestes pressupostos, nas contradições e nos diferentes resultados obtidos, o trabalho responderá o seguinte questionamento: Afinal, a natureza dos regimes políticos afetou e afeta o crescimento econômico dos países?

## 1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O ponto de partida desta pesquisa, é a importância de destacarmos a diferenciação entre os termos desenvolvimento e crescimento econômico. Embora sejam correlacionados, não significam a mesma coisa, sendo o desenvolvimento uma variável mais abrangente, que engloba diversos fatores qualitativos como qualidade de vida, saúde pública, bem estar social, além das variáveis econômicas. Enquanto que o crescimento econômico, por sua vez, diz respeito à eficiência e capacidade produtiva dos países, ou seja, variáveis quantitativas (CARRUTHERS; BABB, 2000).

No século XXI, o mundo enfrenta grandes desafios, incluindo disparidades econômicas, sociais e ambientais que empurram muitas pessoas para a extrema pobreza. Dados do *Global multidimensional poverty index 2023*, que indica o índice de pobreza

multidimensional (IPM)<sup>1</sup>, sinalizam que mais de 1,1 bilhão de pessoas, que representam mais de 18% da população mundial, vivem em condições precárias em mais de cem países, especialmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia, onde regimes autoritários são predominantes. Países em que nem mesmo as ajudas humanitárias da ONU são eficientes, como cita Acemoglu e Robinson (2012) onde entre 1960 e 2010, centenas de bilhões de dólares foram destinados a governos de todo o mundo a título de fomento do “desenvolvimento”. A maioria desses recursos foi desperdiçada nos meandros da burocracia e da corrupção, em regimes ditatoriais nestas regiões. De acordo com Acemoglu e Robinson (2012), uma parcela significativa desses fundos acabou nas mãos de ditadores como Mobutu, o então presidente da República Democrática do Congo, que dependia da ajuda externa ocidental tanto para garantir o apoio de seus aliados, fortalecendo assim seu próprio regime, quanto para enriquecer pessoalmente.

Apesar disso, avanços notáveis em direção a uma sociedade mais democrática e igualitária têm ocorrido no mundo. No entanto, ainda persistem desafios em relação à qualidade da democracia. A China, por exemplo, segundo dados do IPM destaca-se por ter reduzido significativamente os níveis de pobreza nas últimas décadas.

Dados recentes indicam que a Índia apresentou um crescimento acelerado sob um governo autocrático, que constantemente flerta com o autoritarismo. Números oficiais indicam que o PIB real indiano cresceu 8,4% ao ano no último trimestre de 2023 e 7,6% em todo o ano, ante 7,0% em 2022. Segundo a *Bloomberg Economics*, a economia da Índia acelerará para 9% até ao final da década, enquanto que a tendência da China é de uma queda no ritmo de crescimento para 3,5%. Isto coloca a Índia no caminho para ultrapassar a China como o maior motor de crescimento mundial até 2028. Considerando um cenário projetado pelo FMI para os próximos anos, em que o crescimento mantém-se abaixo dos 6,5% – a Índia ultrapassará a China somente em 2037. Segundo o relatório *Income and Wealth Inequality in India*, publicado em Março de 2024, muitos analistas consideram que, ao longo de seus dois mandatos, o partido de direita Bharatiya Janata Party (BJP), que assumiu o controle do

---

<sup>1</sup> O IPM global é um índice internacional que mede a pobreza multidimensional em mais de 100 países em desenvolvimento. Lançado pela primeira vez em 2010 pelo *Human Development Report Office* (HDRO) e pelo *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), o IPM global promove objetivos de desenvolvimento sustentável para acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todo o mundo. (UNDP, 2023).

governo central em 2014 manteve um governo autoritário com centralização do poder decisório e um aumento da conexão entre grandes corporações e o governo.

Frente a estas questões controversas e dicotômicas sobre qual forma de governo ideal, este trabalho busca responder parte deste problema tendo como foco deste principal o crescimento econômico nos países, cujo debate na literatura é antigo e ainda recorrente. Ao longo de décadas, autores tentaram explicar os motivos pelos quais certos países se desenvolveram e cresceram de maneira diferente uns dos outros. As respostas obtidas foram variadas, desde questões geográficas, culturais, de políticas públicas ou mesmo dos regimes políticos de cada uma das nações.

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir as diferentes visões existentes na literatura recente sobre a relação entre os regimes políticos e o crescimento econômico, procurando esclarecer se e como este pode ser impactado por aqueles.

Para atingir-se o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar autores precursores do debate existente, seus estudos empíricos e diferentes metodologias utilizadas.
- b) Expor a visão de Daron Acemoglu e coautores sobre a relação entre crescimento e democracia.
- c) Abordar as principais críticas à visão anterior, evidenciando as discordâncias sobre o tema existentes na literatura.

A reflexão acerca da relação entre crescimento econômico e democracia é antiga e ainda recorrente. Para Acemoglu *et al.* (2014), existem evidências empíricas de causalidade entre estas variáveis, onde a primeira, tende a induzir benefícios sociais harmônicos que favorecem a expansão da atividade econômica.

Partindo para uma literatura mais clássica, observam-se autores como Huntington (1968), que chamou atenção para o fato de que as demandas da sociedade sobre o Estado democrático tendem a reduzir os lucros e os investimentos, assim retardando o crescimento econômico.

Ao decorrer do projeto será feita uma revisão teórica com o objetivo de informar o leitor como os autores trataram do tema ao longo do tempo, com diferentes perspectivas e metodologias. Por haver certa ambiguidade nas conclusões dos autores, o tema é bastante debatido entre os acadêmicos, logo, é relevante ter esse tipo de estudo com informações reais que possam acrescentar da melhor forma possível o debate sobre democracia e crescimento econômico.

O presente trabalho ampara-se em uma revisão bibliográfica (exploratória) de artigos, ou seja, tem a finalidade desenvolver, modificar e esclarecer conceitos e ideias já existentes, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL 2008). Os artigos selecionados são da área do desenvolvimento econômico, com o propósito de informar ao leitor, a partir de base teórica, qual a conclusão dos autores para saber a relação entre crescimento econômico e democracia.

### 1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O capítulo 1 terá como objetivo trazer conceitos básicos referentes à democracia, a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico, apresentar uma revisão bibliográfica dos principais autores com trabalhos associados ao tema central de pesquisa. O presente trabalho é composto por mais dois capítulos.

O capítulo 2 tem como objetivo a fundamentação da base teórico-conceitual que servirá para a análise do tema. O capítulo trará informações pertinentes dos principais artigos dos autores já citados como, por exemplo, '*democracy does cause growth*' ou 'Democracia causa Crescimento' (tradução livre), dos autores Daron Acemoglu, Suresh Naidu, Pascual Restrepo e James A. Robinson, que servirão como ponto de partida para ulteriores explorações.

O capítulo 3 abordará as principais críticas à teoria defendida por Acemoglu e coautores e apresentará casos de países que obtiveram crescimento por vias não democráticas, com objetivo de não induzir o leitor a uma visão única e soberana a respeito do tema. Por fim, nas considerações finais, se procurará responder à pergunta do tema da pesquisa: "A natureza dos regimes políticos afeta o crescimento econômico dos países"?

## 2. DEMOCRACIA, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

### 2.1 DEMOCRACIA: DO SURGIMENTO À CONTEMPORANEIDADE

Antes de explorarmos se a democracia promove o crescimento, é importante discutirmos o que ela representa e por que é uma forma de governo tão amplamente aceita em todo o mundo. A origem da palavra "democracia" e seu significado literal, derivado do grego antigo: "demos", que significa povo, e "kratos", que significa poder, logo, democracia significa poder para o povo. As primeiras democracias registradas apareceram nas cidades-estado gregas, onde cidadãos livres podiam participar de votações públicas sobre questões específicas. Esse era um modelo de democracia direta, onde não havia a necessidade de representantes; os próprios cidadãos votavam diretamente.

No entanto, ao longo do tempo, houveram mudanças ao longo dos anos até chegarmos ao que é conhecido como democracia representativa e a democracia liberal. A democracia representativa implica que, em países maiores, é impraticável que cada cidadão participe diretamente na formulação de políticas públicas. Portanto, delegam essa responsabilidade para representantes eleitos, como membros do parlamento, senadores e congressistas. A democracia liberal, por sua vez, estabelece limites para o poder democrático, garantindo que certas liberdades fundamentais não sejam violadas pela vontade da maioria, por exemplo, a liberdade de expressão é protegida para evitar que uma maioria no poder censure a imprensa. Uma democracia verdadeira não pode ignorar essas liberdades essenciais, caso contrário, deixaria de ser democrática.

Uma visão alternativa de democracia definida por Przeworski (1991) é a de "incerteza institucionalizada", sugerindo que, embora as instituições democráticas forneçam procedimentos e regras fixas, o resultado final de cada decisão permanece incerto. Isso ocorre porque o processo democrático é mais importante do que os resultados em si. Para Przeworski (1991), a distinção central entre o ambiente político democrático e não democrático reside na incerteza gerada pelo processo eleitoral, no qual os "participantes" têm consciência do que é possível e provável, mas não do desfecho definitivo. Em suma, as eleições trazem consigo a perspectiva de resultados políticos inesperados, transformando a capacidade de mudança em uma característica rotineira e institucionalizada da disputa democrática. O objetivo é garantir

que as decisões reflitam a vontade do povo, que os tomadores de decisão sejam responsabilizados e que o público possa participar e se informar sobre as escolhas feitas.

Portanto, enquanto as instituições e regras são essenciais, as democracias verdadeiras valorizam o processo de tomada de decisão sobre os resultados específicos. Em última análise, a democracia é uma busca pela participação e responsabilidade dos cidadãos na governança, equilibrada com o respeito pelos direitos fundamentais e liberdades individuais.

O mundo, na segunda década do século XXI, enfrenta dilemas significativos, como as desigualdades econômicas, sociais e ecológicas que afligem a maioria dos seres humanos, relegando muitos à miséria extrema. Dados do Índice de pobreza multidimensional (IPM) de 2023, apontam que 1,1 bilhão de um total de 6,1 bilhões de pessoas no mundo (pouco mais de 18%) vivem em pobreza multidimensional aguda em 110 países. A África Subsaariana (534 milhões) e o Sul da Ásia (389 milhões), onde a maioria dos países são ditatoriais ou autocracias, abrigam aproximadamente cinco em cada seis pessoas pobres. Por outro lado, a China, segundo este mesmo relatório está na lista dos países que reduziram pela metade a pobreza nos últimos 15 anos. É importante reconhecer, que nas últimas décadas ocorreram transformações notáveis na busca por uma sociedade democrática, livre e igualitária, embora ainda haja uma visão modesta da democracia em termos de qualidade.

A democracia pode ser entendida também como a estrutura política e social do Estado, destinada a garantir igualdade e liberdades civis, políticas, econômicas, sociais e culturais. Um regime democrático desempenha um papel crucial na vida das pessoas ao oferecer oportunidades para participação na construção política e social, permitindo que reivindiquem suas necessidades econômicas e de bem-estar, buscando assim uma vida digna.

Dentro deste contexto, faz-se necessário um estudo acerca do tema, com uma perspectiva econômica a respeito de sua influência nos índices de renda dos países.

## 2.2 AS CONDIÇÕES PARA DEMOCRACIA

Segundo os autores Diamond e Morlino (2004), uma democracia de qualidade deve fornecer aos seus cidadãos um alto grau de liberdade, igualdade política e controle popular sobre políticas públicas através do funcionamento legítimo e legal das instituições estáveis. Para eles, democracia requer: i) voto adulto universal; ii) eleições justas, competitivas, livres

e recorrentes; iii) mais de um partido político; e iv) fontes alternativas de informação. Além disso, se as eleições são verdadeiramente livres e justas, então é necessário que haja algum grau de liberdade civil e política para além da arena eleitoral que permita aos cidadãos articular e se organizar em torno de suas crenças e interesses políticos. Assume-se, também, que na democracia deve haver: i) autonomia dos grupos minoritários; ii) nula ou desprezível influência militar ou estrangeira; iii) ausência de opressão por parte do governo, bem como de domínio de hierarquias religiosas; e iv) papel não desprezível da oposição. As nações consideradas democráticas, são aquelas em que os mecanismos de voz são mais acessíveis à população; a liberdade de manifestação e de imprensa é assegurada; e os mais variados segmentos sociais têm representatividade. Esses aspectos estão de acordo com o conceito de democracia adotado por institutos encarregados da elaboração de índices que servirão de *proxy* à democracia atualmente, e também seguidos por diversos autores da ciência política e econômica.

Segundo Fittipaldi et al. (2017), o estudo da democracia possui destaque na literatura de Ciência Política, embora a definição do que ela venha a ser tem sofrido transformações ao longo do tempo. Ressalta que o crescimento das pesquisas em torno desse tema conduziu à busca de relações de causalidade entre o regime democrático e seus efeitos sobre benefícios coletivos, inclusive acerca da alocação de recursos e promoção do crescimento econômico.

### 2.3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

É importante que se destaque o papel das instituições nesta discussão dos regimes políticos e suas consequências na economia. Para Barro (2000), nenhum aspecto da performance econômica dos países é mais importante do que a qualidade política, legal e econômica das instituições. Ele afirma que estudos empíricos têm demonstrado que diferenças institucionais estão entre os mais importantes determinantes das taxas de crescimento e investimento dos países. Essa é a mesma opinião de Acemoglu et al (2001), pois, segundo eles, países com melhores instituições e garantias mais claras sobre o direito de propriedade farão maiores investimentos em capital físico e humano e, ainda, usarão esses fatores de maneira mais eficiente para alcançar maiores níveis de renda.

Outra importante contribuição no âmbito das instituições é a de Douglas North em sua obra *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, publicada em 1990. North

(1990) destaca 4 conceitos chaves para teorizar instituições: incerteza, racionalidade limitada, custos de transação e organizações. O ponto de partida de sua análise é a incerteza quando se trata de seres humanos individuais. O autor acredita que as motivações dos agentes são difusas e há um problema de interpretação do ambiente pela distribuição assimétrica da informação. Segundo North (1990), é a partir da incerteza e da racionalidade limitada que são criadas as instituições – regras, em geral, que formam uma estrutura padrão em que se desenrolam todos os aspectos da vida em sociedade – para então reduzir o nível de incerteza e, portanto, os custos das transações. Esta estrutura institucional (ou matriz institucional) gera um custo para realização das atividades, por conta disso, os indivíduos reúnem-se em organizações, que representam, na maioria das vezes, os agentes políticos, econômicos e sociais. Incluso estão partidos políticos, Senado, conselho municipal, agências reguladoras, empresas, associações comerciais, cooperativas, igrejas, clubes, associações atléticas, etc. (NORTH, 1990). Estas organizações interagem entre si, com os recursos econômicos que junto com a tecnologia empregada definem os *transformation costs* tradicionais da teoria econômica e com a própria matriz institucional que define os *transaction costs* e são, portanto, responsáveis pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo (GALA, 2003).

Tendo em vista discussões mais atuais sobre o tema, Acemoglu (2014) cita que o crescimento econômico sob a não democracia na China e no eclipse da Primavera Árabe trouxeram a visão de que as instituições democráticas são, no melhor caso, irrelevantes e, na pior das hipóteses, um obstáculo para o crescimento econômico, visão esta que tem se tornado cada vez mais popular tanto no meio acadêmico e discurso político.

## 2.4 DESENVOLVIMENTO *VERSUS* CRESCIMENTO ECONÔMICO

O debate acerca do desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Diversos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, desconsiderando como tais incrementos são distribuídos. Contudo, apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas tendem a se completar.

Amartya Sen (1999) fornece uma concepção abrangente de desenvolvimento, focada nos níveis de liberdade das pessoas. A principal premissa em que baseiam-se seus estudos de Sen (1999) é da expansão das capacitações como significado de desenvolvimento; capacitações, em termos gerais, no sentido de acesso à informação e a existência de oportunidades reais para as pessoas. Esse conceito está intimamente relacionado com a efetivação dos direitos e das liberdades fundamentais. Estas, por sua vez, têm como objetivo principal a proteção das pessoas, em sua individualidade, em sua vida em sociedade e, por fim, em sua humanidade. A visão de desenvolvimento proposta por Amartya Sen é considerada mais ampla do que as anteriores, pois ela reverte o raciocínio tradicional que considerava a acumulação de riqueza como um objetivo final. Atualmente, a ênfase é colocada nos indivíduos, ou melhor, no nível de liberdade e independência de cada pessoa e suas decisões. Os recursos econômicos são apenas instrumentos para aumentar a liberdade.

Compreende-se, ademais, o desenvolvimento “em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais; bem como os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente etc.” (Sachs, 2004, p.37).

Tema recorrente no debate econômico, as discussões acerca dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico têm sido úteis para distinguir os dois processos. Segundo Siedenberg e Maillat (2006), em linhas gerais, o crescimento econômico pode ser visto como um processo temporal que acarreta em alterações de caráter predominantemente quantitativo na renda das economias. Seu resultado diz respeito basicamente a incrementos na capacidade produtiva e na produção de uma determinada economia, podendo ser mensurado por meio do Produto Interno Bruto (PIB). Por outro lado, o desenvolvimento econômico apresenta um caráter mais qualitativo. Por qualitativo, entende-se questões como redução da pobreza, melhoria da distribuição de renda, acesso à educação e saúde, infraestrutura e proteção ambiental.

Para Vasconcellos (2002), esse conceito se relaciona a itens como mudanças na composição do produto e na alocação de recursos de forma que o resultado seja a melhoria dos indicadores de bem-estar (como a redução do desemprego e de níveis de pobreza). A diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico se caracteriza, segundo

Siedenberg e Maillat (2006), quando o crescimento econômico resulta de mudanças de estruturas e indicadores sociais e também econômicos.

Bresser Pereira (2014) vai de encontro a essa distinção feita por Siedenberg e Maillat (2006). Segundo Pereira (2014) os casos em que há crescimento da renda *per capita* sem mudança estrutural são a exceção, não a regra. Isso porque países em que essa diferenciação poderia ser pertinente são aqueles onde a parcela contemporânea da economia se configura como uma entidade isolada; nações que predominam na exportação de petróleo e enfrentam dificuldades para mitigar os efeitos da chamada Doença Holandesa<sup>2</sup> podem ser tomadas como ilustrações. Contudo, mesmo nesses contextos, é possível observar transformações no âmbito estrutural e um certo incremento nos níveis de bem-estar. Para Pereira (2014) alguns economistas exigem mais do que a simples mudança estrutural e melhoria dos padrões de vida para caracterizar o desenvolvimento econômico; exigem ainda que a desigualdade diminua, mas essa visão também é equivocada.

Nesse sentido, é relevante destacar que o presente trabalho tem como foco o conceito de crescimento econômico, embora se admita, como opção metodológica, o entendimento que ganhos de crescimento implicam em melhoria das condições do desenvolvimento econômico.

## 2.5 CRESCIMENTO E DEMOCRACIA: TRABALHOS ANTERIORES

Revisitar trabalhos anteriores que relacionam democracia e crescimento econômico é fundamental para compreender a evolução das teorias e metodologias que moldam o entendimento atual sobre este tema. Historicamente, as análises variaram significativamente, refletindo tanto o desenvolvimento das técnicas econométricas quanto às mudanças nos contextos político-econômicos globais. Desde os primeiros estudos de Lipset na década de 1950, que sugeriam uma correlação positiva entre democracia e desenvolvimento econômico, até investigações mais recentes, a literatura tem mostrado uma rica diversidade de achados.

Os primeiros trabalhos que trataram desta temática, surgiram no período pós II Guerra mundial, devido a busca por caminhos a serem seguidos depois de tamanha tensão global.

---

<sup>2</sup> Segundo Pereira (2008), a doença holandesa representa uma grande falha de mercado originada na existência de recursos naturais ou humanos baratos e abundantes que acabam mantendo a moeda de um país supervalorizada por um período temporal indeterminado, tornando assim não lucrativa a produção de bens comercializáveis usando tecnologia de ponta. É considerada um obstáculo ao crescimento do lado da demanda, pois limita as oportunidades de investimento.

Dentre estes, um dos pioneiros foi Przeworski (1966), que pesquisou 57 países entre os anos de 1950 e 1970, identificando que ditaduras com níveis medianos de desenvolvimento cresceram mais rapidamente que democracias. Os trabalhos que sucederam este período, a partir de 1975, contemplando séries históricas maiores, diziam o contrário, questionando e pondo à prova as teorias até então discutidas. As barreiras à entrada, mencionadas por Acemoglu (2003), parecem oferecer uma explicação para o padrão observado nessas análises, onde há uma rápida geração de renda inicial por parte de instituições não igualitárias (autoritárias), seguida posteriormente pela superação dessas instituições por aquelas de caráter igualitário (democráticas).

Tavares e Wacziarg (2001) examinaram a relação entre democracia e crescimento econômico, considerando o impacto das instituições democráticas em diversas áreas. Eles observaram que os canais democráticos que promovem a acumulação de capital humano e a redução da desigualdade de renda contribuem para o crescimento econômico. No entanto, também identificaram que a democracia tende a reduzir a taxa de acumulação de capital fixo e aumentar os gastos do governo como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), o que pode prejudicar o crescimento econômico ao longo do tempo. Quando todos esses fatores são considerados em conjunto, a relação entre democracia e crescimento econômico é negativa.

Por sua vez, Persson e Tabellini (2007) examinaram o processo de democratização e seu impacto na expansão da atividade econômica. Utilizando estimativas semiparamétricas, eles sugeriram que as estimativas paramétricas anteriores podem ter subestimado o efeito da democracia sobre o crescimento. Os resultados de sua análise confirmaram um maior crescimento econômico em países democráticos.

A América Latina por sua vez, foi palco de mudanças em seus sistemas políticos, com alternâncias entre regimes de distribuição de poder mais centralizados e mais dispersos. Alguns países da região registraram um crescimento econômico significativo durante períodos de governos autoritários, como no caso do "milagre econômico brasileiro" entre 1968 e 1973, e no Chile durante o regime de Pinochet entre 1973 e 1981. No entanto, as pesquisas empíricas têm apresentado resultados variados quanto à relação entre democracia e crescimento econômico.

O estudo de Sloan e Tedin (1987), que analisou 20 países latino-americanos de 1960 a 1979, concluiu que os regimes autoritários estavam associados a um maior crescimento econômico. Sloan e Tedin (1987) sugerem que as democracias, devido à necessidade de negociação e consenso, podem ter processos de formulação de políticas mais lentos, mas muitas vezes resultam em políticas mais robustas e sustentáveis. Os regimes autoritários, por sua vez, podem implementar mudanças rapidamente, mas essas políticas podem ser menos sustentáveis a longo prazo devido à falta de participação pública e feedback. Em contrapartida, Grier e Tullock (1989), ao examinarem 59 países ao redor do mundo no período de 1961 a 1980, observaram que, na América Latina, as democracias alcançaram uma taxa de crescimento mais elevada. Grier e Tullock (1989) concluem que, embora haja exemplos de crescimento rápido em regimes autoritários, a estabilidade e sustentabilidade a longo prazo do crescimento são mais comuns em democracias, que tendem a ter instituições mais inclusivas e responsivas.

Já a pesquisa de Remmer (1990), com foco em um período mais recente (1982 a 1988) e abrangendo 11 países da América Latina, indicou que a democracia contribuiu para o crescimento econômico na região. Remmer (1990) encontra evidências de que os regimes democráticos na América Latina não são inerentemente mais vulneráveis a crises econômicas do que os regimes autoritários. Na verdade, a eficácia das políticas adotadas durante crises econômicas não é significativamente diferente entre democracias e regimes autoritários e que a sobrevivência de democracias em tempos de crise econômica depende mais da qualidade das instituições democráticas e da capacidade de formulação de políticas do que do regime político em si.

Robert J. Barro, em seu artigo "*Democracy and Growth*" (1996), publicado no *Journal of Economic Growth*, investiga a complexa relação entre democracia e crescimento econômico utilizando uma ampla análise empírica considerando 100 países entre os anos de 1960 e 1990. Segundo Barro (1996), em países com baixos níveis de renda, a democracia parece ter um impacto neutro ou ligeiramente negativo no crescimento econômico. No entanto, em países com níveis intermediários de renda, a democracia tende a ter um impacto positivo mais pronunciado. Barro (1996) conclui que, embora a democracia possa ter benefícios importantes, especialmente em termos de promoção da educação e redução da desigualdade, seu impacto direto no crescimento econômico é contingente a outras condições

econômicas e institucionais. Ele sugere que a promoção de um crescimento econômico sustentável requer uma abordagem mais abrangente que inclua o fortalecimento das instituições e a manutenção da estabilidade macroeconômica.

### 3. DEMOCRACIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

No presente capítulo serão revisadas informações relevantes dos principais trabalhos já mencionados, como o artigo *democracy does cause growth* (2014) ou "Democracia causa Crescimento" (tradução livre), de autoria de Daron Acemoglu, Suresh Naidu, Pascual Restrepo e James A. Robinson.

Através de um painel<sup>3</sup> de países no período de 1960 a 2010, foram estimados os impactos no crescimento econômico da expansão sem precedentes da democracia ao redor do mundo nesses 50 anos. A evidência sugerida por Acemoglu et al. (2014) é de que a democracia causa crescimento e que seu efeito é significativo e considerável. As estimativas indicam que países que fazem a transição de não-democracia para democracia atingem um PIB *per capita* cerca de 20% maior nos 25 anos posteriores do que um país que continua sem democracia. O efeito da democracia não depende do nível inicial de desenvolvimento econômico, embora existam evidências de que a democracia é mais propícia ao crescimento em países com maiores níveis de ensino médio, indicando um papel importante da educação e escolaridade dos indivíduos.

Acemoglu et al. (2014) enumeram 4 grandes desafios para estimativa do efeito causal da democracia (ou de uma democratização) sobre o PIB:

1. Os índices de democracia existentes estão sujeitos a consideráveis erros de medição, levando a falsas mudanças nas pontuações de democracia que não correspondem a mudanças reais nas instituições democráticas.
2. Democracias diferem das não-democracias em características não observadas, como aspectos institucionais, históricos e culturais, que também têm impacto no seu PIB.
3. As democratizações são, em média, precedidas por uma queda temporária do PIB. Conforme é mostrado na figura 1, que representa a dinâmica do PIB em

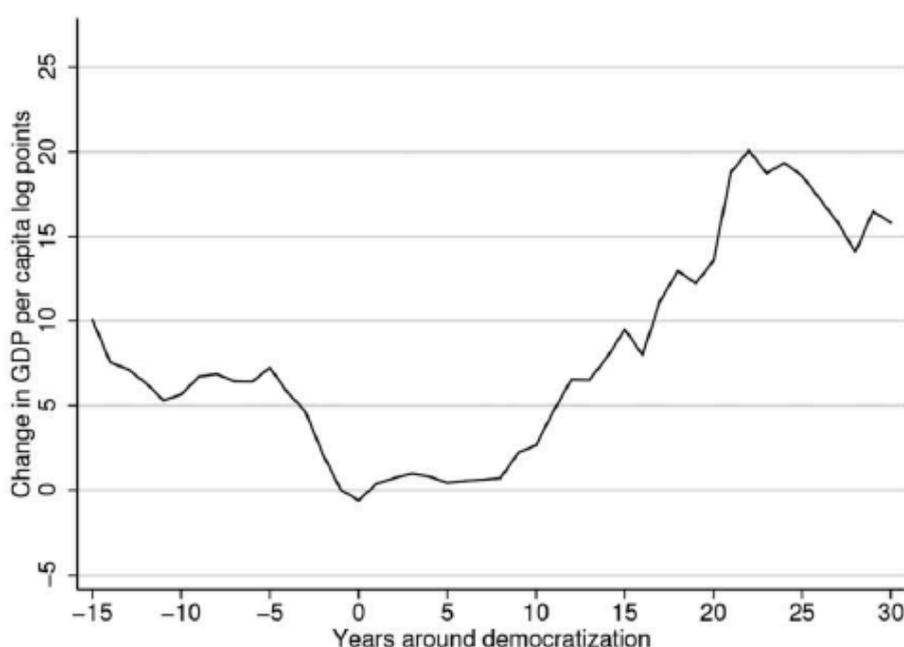
---

<sup>3</sup> A metodologia predominantemente presente nos artigos analisados é a de dados em painel. Segundo Gujarati (2011), no estudo de séries temporais observamos os valores de uma ou mais variáveis em um período de tempo. Nos dados de corte transversal, coletam-se dados relativos a uma ou mais variáveis para várias unidades ou entidades amostrais no mesmo período. Nos dados em painel, a mesma unidade de corte transversal é acompanhada ao longo do tempo. Em resumo, os dados em painel têm uma dimensão espacial e outra temporal. A escolha por esta metodologia se explica pelo fato da necessidade de comparar os dados entre diversos países ao longo do tempo.

países que se democratizaram no ano 0 em relação a outros países que permaneceram não democráticos na época.

4. Mesmo controlados os efeitos fixos do país e o PIB dinâmico, as mudanças na democracia podem ser impulsionadas por diferentes variáveis ocultas no tempo relacionadas a condições econômicas futuras, levando possivelmente a estimativas enviesadas.

Figura 1 - Evolução do PIB *per capita* (em pontos logaritmos) ao longo dos anos pré e pós democratizações



Fonte: Acemoglu et al. (2014).

O padrão nesta figura implica que a falha em modelar adequadamente a dinâmica do PIB, ou a propensão a democratizar com base no PIB passado, pode levar a estimativas tendenciosas da democracia sobre o PIB. Embora amplamente negligenciado em trabalhos anteriores, a queda no PIB que precede uma democratização constitui uma clara violação da suposição de tendências paralelas que fundamenta a diferença-em-diferenças ou estimativas de dados em painel utilizados na literatura. A modelagem da dinâmica do PIB também permite investigar se o impacto da democratização sobre o PIB é de curta duração ou gradual.

As discretas mudanças nos primeiros 10 anos pós-democratização podem ser explicadas pelas questões abordadas no capítulo 2, com respeito às instituições e a dificuldade das democracias têm de se estabelecer inicialmente. Outro importante autor que discute estas

questões é Samuel P. Huntington, em sua obra "A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX", publicada em 1994. Huntington (1994) destaca alguns dos principais desafios para as novas democracias: Consolidação democrática; Instabilidade e polarização política; além de desafios econômicos, sociais e culturais. Ele argumenta que superar esses desafios requer tempo, esforço e compromisso por parte dos atores políticos e sociais envolvidos no processo de democratização.

### 3.1 ACEMOGLU E AS BARREIRAS DE ENTRADA

Acemoglu (2003), destaca que tanto regimes democráticos quanto oligárquicos geram distorções que reduzem a eficiência econômica. Regimes oligárquicos concedem direitos particularistas a determinados grupos, que farão uso deste poder com o objetivo de criar barreiras à entrada a grupos concorrentes, evitando a redistribuição de recursos públicos (econômicos e políticos) prejudicando a economia. Por outro lado, regimes democráticos concedem direitos iguais a todos, não havendo barreiras à entrada, possibilitando a redistribuição e equalização desses recursos gerando uma dinâmica econômica mais eficiente. O autor argumenta que durante este processo as oligarquias tendem a inicialmente gerar maior crescimento econômico, porém, as barreiras à entrada impossibilitam a atuação de novos empreendedores na atividade produtiva, conduzindo a um crescimento ineficiente ao longo do tempo. Logo, quando considerada a geração de riqueza produzida no longo prazo, a natureza de ação dos regimes democráticos apresenta melhores resultados do que regimes oligárquicos.

Este tipo de prática está estritamente relacionada ao conceito de "*rent-seeking*", que é um tipo de atividade econômica na qual indivíduos ou grupos tentam obter rendas (*rents*) através da manipulação da política pública ou da regulação. No artigo seminal de 1974 intitulado "*The Political Economy of the Rent-Seeking Society*", Anne O. Krueger descreveu que o *rent-seeking* envolve a busca por privilégios econômicos concedidos pelo governo, como tarifas protecionistas, subsídios, ou regulamentos exclusivos que limitam a concorrência. Essas atividades não geram novos recursos ou riqueza para a economia, pelo contrário, causam uma perda de eficiência econômica ao desviar recursos para competições improdutivas por transferências governamentais ou privilégios. Krueger (1974) destacou que, enquanto os esforços de *rent-seeking* enriquecem os beneficiários desses privilégios, eles

geralmente resultam em custos significativos para a sociedade como um todo, reduzindo a eficiência econômica global e aumentando a desigualdade.

### 3.2 DADOS DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Acemoglu et al. (2014) construíram um painel anual que compreende 175 países entre os anos de 1960 a 2010, embora nem todas as variáveis tenham sido disponibilizadas para toda a amostra. Para abordar a questão do erro de medição nos índices de democracia, foi criada uma medida consolidada e dicotômica de democracia. Seguindo Papaioannou e Siourounis (2008), o índice combina informações de vários conjuntos de dados, incluindo Freedom House<sup>4</sup> e Polity IV, considerando um país democrático apenas quando várias fontes o classificam como tal. Primeiro, os autores consideraram um país democrático durante um determinado ano se a Freedom House o codificar democracia causa crescimento como “livre” ou “parcialmente livre” e o Polity IV<sup>5</sup> atribui uma pontuação positiva. Quando uma dessas duas fontes não está disponível, foi verificado se o país está também codificado como democrático por Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010) ou Boix, Miller e Rosato (2012). A medida de democracia obtida através deste conjunto de referências captura um grupo de instituições que caracterizam as democracias eleitorais. Essas instituições incluem eleições livres e competitivas, controles sobre o poder executivo e um processo político inclusivo que permite que vários grupos na sociedade sejam politicamente representados. Em menor grau, a medida de democracia que foi utilizada também incorpora a expansão dos direitos civis, que são levados em conta na avaliação da Freedom House sobre se um país é livre ou não.

As transições democráticas assim detectadas são estudadas em detalhe por Papaioannou e Siourounis (2008), que utilizam fontes históricas para o ano exato da transição. Sempre que possível, Acemoglu et al. (2014) recorreram a seus dados para verificar a data de um evento de redemocratização. A medida obtida de democracia abrange 184 países no período de 1960 a 2010 e está disponível para todos os anos durante os quais um país foi independente. Em 1960, apenas 31,5% dos países da amostra eram democracias. Já em 2010,

---

<sup>4</sup> A Freedom House é uma organização sem fins lucrativos sediada nos Estados Unidos que se dedica a promover a liberdade e a democracia em todo o mundo e responsável por desenvolver o *Freedom in the World*, que é um relatório global anual sobre direitos políticos e liberdades civis, composto por classificações numéricas e textos descritivos para cada país e um seletor grupo de territórios. A edição de 2024 cobre desenvolvimentos em 195 países e 15 territórios de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. (Freedom House, 2024)

<sup>5</sup> A série de relatórios nacionais Polity IV fornece dados importantes sobre o regime, um gráfico de tendências do regime e uma breve descrição narrativa do recrutamento de executivos, restrições executivas e competição política para cada país abrangido pela série de dados Polity. (Center for systemic peace, 2014)

esse percentual aumentou para 64,1%, ou seja, mais do que dobrou, o que evidencia a expansão sem precedentes da democracia observada neste artigo. Ao todo, a medida identificou 122 democratizações e 71 reversões da democracia à não-democracia neste meio século.

A principal diferença entre a medida de democracia utilizada e a de Papaioannou e Siourounis (2008) é que a segunda considera apenas transições permanentes para a democracia. Ao considerar apenas as democratizações que não são invertidas, seu índice codifica informações sobre o estado futuro de instituições democráticas, o que exacerba as preocupações de endogeneidade quando é incluída como variável do lado direito nas regressões de crescimento. Em vez disso, foram codificadas transições permanentes e transitórias para a democracia e não-democracia. Por exemplo, a medida de democracia utilizada indica que a Argentina teve um curto período de democracia de 1973 a 1976, quando realizou eleições gerais pela primeira vez em 10 anos. Esse feito foi interrompido por um golpe militar em 1976, que colocou uma série de ditadores militares no poder até 1983 - um período classificado como não democrático. A Argentina voltou à democracia novamente em 1983, quando o colapso da junta militar deu lugar a eleições gerais. Diferentemente de Papaioannou e Siourounis, que codificam apenas a transição permanente para a democracia em 1983, foram codificadas todas essas transições.

O logaritmo do PIB *per capita*, medido em dólares do ano 2000, foi a principal variável de resultado utilizada por Acemoglu et al. (2014), obtidas através dos Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial. A medida está disponível para um painel desbalanceado de 175 países de 1960 a 2010 que constitui a amostra principal. Variáveis adicionais usadas incluem investimento, balança comercial, matrícula em escolas secundárias e primárias e mortalidade infantil; fluxos financeiros (ativos externos líquidos sobre PIB); produtividade total dos fatores (TFP); receitas fiscais além de um índice de reformas econômicas. Por fim, constroem uma medida dicotômica de agitação social que indica a ocorrência de motins e revoltas nos países analisados.

O Quadro 1 apresenta estatísticas descritivas para as variáveis separadamente para democracias e não democracias. Os dados brutos mostram vários padrões, incluindo, por exemplo, que as democracias são mais ricas e têm populações com índices de educação mais elevados.

Quadro 1 - Estatísticas Resumidas das Principais Variáveis Utilizadas

	Não Democracias			Democracias		
	Obs.	Média	Desvio Padrão	Obs.	Média	Desvio Padrão
Pib per capita	3.376	\$2.074	\$3.838	3.558	\$8.149	\$9.334
Participação dos investimentos no PIB	3.012	0,22	0,10	3.300	0,23	0,07
Participação do comércio no PIB	2.959	0,71	0,50	3.427	0,77	0,41
Taxa de matrícula no ensino primário	2.305	90,13%	27,47%	2.771	101,60%	15,72%
Taxa de matrícula no ensino secundário	1.970	44,76%	31,09%	2.500	75,78%	29,62%
Participação da receita tributária no PIB	2.524	0,15	0,08	2.442	0,20	0,09
Mortalidade infantil por 1.000 nascimentos	3.185	76,75	47,58	3.492	33,07	32,87
Taxa de agitação social	2.911	29,44%	45,58%	3.419	22,57%	41,81%
Índice de reformas de mercado (0–100)	2.533	26,89	23,09	2.711	52,73	24,61

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Acemoglu et al. (2014).

O Quadro 1 apresenta uma comparação entre não-democracias e democracias em diversas métricas econômicas e sociais. Observa-se que democracias têm um PIB *per capita* significativamente mais alto (\$8.149 contra \$2.074) e uma maior proporção de receita tributária em relação ao PIB (20% contra 15%). As taxas de matrícula escolar, tanto no ensino primário (101,60% contra 90,19%) quanto no secundário (75,78% contra 44,76%), são mais elevadas em democracias. Além disso, a mortalidade infantil é menor em democracias (39,07 contra 76,75 mortes por 1.000 nascimentos). As taxas de agitação social são um pouco menores em democracias (22,57% contra 29,44%), e o índice de reformas de mercado é mais alto (52,73 contra 26,89), indicando um maior progresso em reformas econômicas. Em resumo, democracias tendem a apresentar melhores indicadores de desenvolvimento econômico e social em comparação com não-democracias.

### 3.3 PAINEL DINÂMICO ESTIMADO E EFEITOS DE TRATAMENTO SEMIPARAMÉTRICOS

Após apresentar as estatísticas da amostra, os autores procederam com a aplicação e interpretação dos modelos fornecendo os resultados básicos usando um modelo de painel dinâmico (linear) para o PIB a partir de um modelo dinâmico. Neste modelo, o logaritmo do PIB é utilizado como variável dependente e as variáveis explicativas são: medida dicotômica de democracia, conjuntos completos de efeitos fixos do país, além de um termo de erro que inclui todos os outros choques não observáveis que variam com o tempo no PIB *per capita*.

Acemoglu et al. (2014) impõe 3 suposições para o modelo: Suposição 1 (Exogeneidade sequencial), a suposição 2 (seleção em observáveis) e a suposição 3 (restrição de exclusão). As subseções a seguir serão destinadas a definir cada uma destas suposições adotadas pelos autores.

#### 3.3.1 Suposição 1 - Exogeneidade Sequencial

Do ponto de vista econômico, esta suposição implica que países que passam pela transição democrática ou se afastam dela não estão experimentando uma tendência de PIB diferente em comparação com outros países com níveis semelhantes de PIB nos anos anteriores (capturados pelas defasagens do PIB) e níveis comparáveis de desenvolvimento de longo prazo (capturados pelos efeitos fixos do país) (ACEMOGLU et al., 2014). Além de controlar o fato de que democratizações são mais frequentes após crises econômicas, as defasagens do PIB *per capita* resumem o impacto de uma variedade de fatores econômicos que afetam tanto o crescimento quanto a democracia, como os preços das commodities, produtividade agrícola e avanços tecnológicos.

Com isso, assume-se que o PIB e a democracia seguem processos estacionários (condicionais aos efeitos fixos do país e do ano). Essa suposição garante que os estimadores de painel dinâmico que foram utilizados sejam consistentes e tenham distribuições de limite bem comportadas.

O Quadro 2 apresenta estimativas do efeito da democracia no logaritmo do PIB *per capita*. O coeficiente reportado sobre democracia é multiplicado por 100. As colunas 1–4 apresentam resultados do estimador Within. No quadro original, disponível em Acemoglu et

al. (2014), é possível verificar os resultados do estimador GMM<sup>6</sup> de Arellano e Bond (1991) e HHK (Hahn et al. 2001). O valor p para um teste de correlação serial nos resíduos da série do PIB e os erros padrão robustos contra a heterocedasticidade e a correlação serial ao nível do país são relatados na versão disponível na íntegra. Todas as especificações foram controladas por um conjunto completo de efeitos fixos de país e ano.

Quadro 2 - Efeito da Democracia no PIB *per capita* (Log).

	Estimador Within			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Democracia	0,973	0,651	0,787	0,887
Log PIB Primeira Defasagem	0,973	1,266	1,238	1,233
Log PIB Segunda Defasagem	0	-0,300	-0,207	-2,14
Log PIB Terceira Defasagem	0	0	-0,026	-0,021
Log PIB Quarta Defasagem	0	0	-0,043	-0,039
Efeito de longo prazo da democracia	35,587	19,599	21,240	22,008
Efeito da democracia após 25 anos	17,791	13,800	16,895	17,715
Persistência do processo do PIB	0,973	0,967	0,963	0,960
Países na Amostra	175	175	175	175

Fonte: elaborado pelo autor adaptado de Acemoglu et al. (2014).

A especificação adotada por Acemoglu e coautores foi a coluna 3, incluindo quatro defasagens do PIB *per capita*. O coeficiente observado da variável de democracia é agora 0,787, e o impacto de longo prazo implícito é um aumento de 21,24% no PIB *per capita*. Os estimadores GMM de Arellano e Bond (1991) produziram estimativas consistentes para o modelo de painel dinâmico, semelhantes às da coluna 3, mas com menor persistência do PIB

<sup>6</sup> Segundo Arellano e Bover (1995), o estimador GMM (*Generalized Method of Moments*) é uma abordagem flexível que permite estimar parâmetros desconhecidos de um modelo econômico minimizando uma função de momento. Essa função é composta por momentos teóricos, que são as médias populacionais das variáveis de interesse, e momentos empíricos, que são as médias amostrais dessas variáveis.

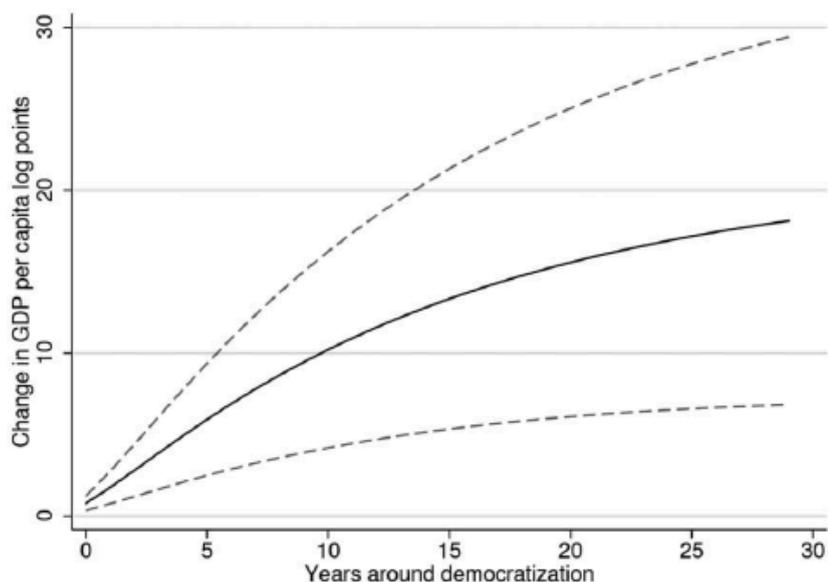
e menores impactos de longo prazo (16,44%). Já o estimador HHK indicou que uma transição permanente para a democracia resulta em um aumento de 25,03% no PIB a longo prazo.

Na sequência, Acemoglu et al. (2014) expõe mais uma série de testes para verificação de estacionariedade e robustez de resultados em relação à raiz unitária. Após satisfatórios resultados nos testes, conclui-se que os resultados não são indevidamente afetados pela suposição de estacionariedade. Com isso, o foco do artigo é mantido na especificação em níveis com quatro defasagens do PIB.

Tendo em vista que a validade dessas estimativas pode ser afetada por inúmeros fatores políticos e econômicos, um novo painel é estruturado incluindo uma série de controles utilizando variáveis *dummy* de possíveis eventos que pudessem enviesar os resultados. São elas: 1) tendências potenciais relacionadas a diferenças no nível do PIB inicial; 2) possível impulsionamento pela transição para a democracia dos países soviéticos e satélites soviéticos; 3) impacto de tumultos que precedem transições para a democracia; 4) 4 defasagens de exposição comercial (importações mais exportações sobre o PIB); 5) defasagem para fluxos financeiros externos; 6) impacto de mudanças demográficas, que também podem afetar o crescimento; 7) conjunto completo de efeitos geográficos da região. Mediante a todos estes controles, o modelo mostrou-se robusto e com resultados muito semelhantes aos resultados de referência.

Através das estimativas do modelo de painel dinâmico dos efeitos ao longo do tempo da democracia no logaritmo do PIB *per capita*, é possível plotar um gráfico, que traça a mudança estimada no logaritmo do PIB *per capita* causada por uma transição permanente para a democracia.

Figura 2 - Evolução do PIB *per capita* após democratizações permanentes.



Fonte: Acemoglu et al. (2014).

Os efeitos são obtidos por iteração avançada do processo estimado para o PIB modelado na equação (1). Um intervalo de confiança de 95% obtido com o método delta é apresentado em linhas pontilhadas. O tempo (em anos) relativo ao ano de democratização é representado no eixo horizontal.

### 3.3.2 Suposição 2 - Seleção em observáveis

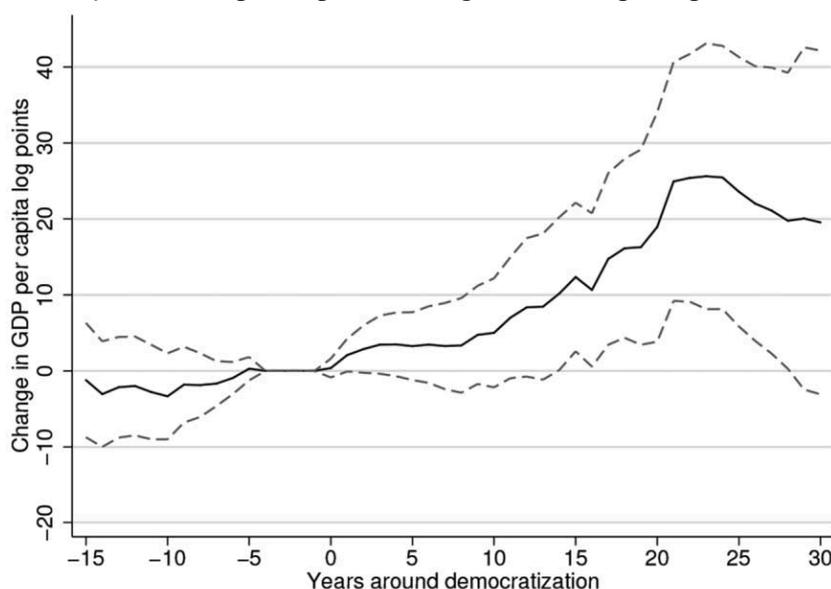
Nesta suposição, Acemoglu et al. (2014) adotam uma estratégia alternativa para estimar os efeitos de uma transição para a democracia no caminho subsequente do PIB, modelando a seleção de países para a democracia, mas sem especificar um processo paramétrico para o PIB. Esta suposição não só reconhece que as transições para a democracia podem ser precedidas por uma queda no PIB, mas também implica que, entre as não democracias, não há outros fatores que tenham impacto na propensão à democratização e estejam relacionados aos resultados potenciais. Assim como a primeira suposição, a segunda também condiciona as defasagens do PIB para modelar a seleção para a democracia e remover a queda do PIB mostrada na figura 1.

A suposição 1 restringe a dinâmica do PIB a ser linear, permitindo que as características fixas não observadas variem o PIB de forma aditiva. Por outro lado, a suposição 2 não exige que especifiquemos a forma funcional da dinâmica do PIB ou como as características fixas e não observadas do país o afetam. Segundo Acemoglu et al. (2014), a

congruência entre os resultados das abordagens utilizadas sugere que a parametrização específica do processo do PIB não desempenha um papel muito relevante na discussão, portanto, neste trabalho não traremos tantos detalhes dessa parte da metodologia.

A partir das estimativas obtidas assumindo e estimando um modelo linear para os resultados contrafactuais utilizados para controlar a influência da dinâmica do PIB, os autores traçam o gráfico 3. Este gráfico apresenta estimativas semiparamétricas do efeito da democratização no PIB *per capita* em pontos de log com a linha sólida representando o efeito médio estimado no PIB *per capita* nos países que se democratizaram (em pontos de log), e as linhas tracejadas indicando um intervalo de confiança de 95%.

Figura 3 - Evolução do PIB *per capita* ao longo dos anos pré e pós democratizações.



Fonte: Acemoglu et al. (2014)

A partir do resultado obtido, não é possível observar uma tendência diferencial no PIB antes da democratização. O período pós democratização sugere um aumento gradual no PIB, estabilizando entre 20 e 25 anos em cerca de 25%.

### 3.3.3 Suposição 3 - Restrição de Exclusão

Nesta seção, Acemoglu et al. (2014) desenvolvem uma estratégia para lidar com variáveis omitidas que variam no tempo e que podem afetar simultaneamente a probabilidade de democracia e Crescimento do PIB. A estratégia suaviza ainda mais as preocupações relacionadas à medição do erro na medida da democracia e fornece uma abordagem

complementar à questão da seleção endógena na democracia. As variáveis omitidas em questão seriam as “ondas de democratização” que ocorreram em diversas regiões entre as décadas de 1970 e 1990. Exemplo disso foi a queda da União Soviética, que estimulou uma série de democratizações na Europa Oriental, Ásia Central e África na década de 1990, no que Huntington (1994) denominou de “a Terceira Onda”. Segundo Markoff (1996), as ondas de democratização ocorrem quando movimentos sociais desempenham um papel fundamental na transição de regimes políticos autoritários para democráticos. Markoff (1996) argumenta que essas ondas de democratização não são eventos isolados, mas sim fenômenos que ocorrem em padrões históricos e são impulsionados por uma variedade de fatores, incluindo mobilização popular, mudanças nas elites políticas e pressões externas.

Para Acemoglu et al. (2014), não há um consenso sobre os fatores que criam tais ondas, e que a evidência existente sugere que elas não são explicadas por tendências econômicas. A hipótese considerada mais razoável é que este padrão regional reflete a difusão da procura de democracia (ou, mais genericamente, a insatisfação com um determinado regime) em todos os países dentro de uma região, que tendem a ter histórias e culturas semelhantes, questões políticas, problemas práticos e laços informativos similares. Motivados por estas observações, os autores exploram ondas regionais de democratização e transições para a não democracia como fonte de variação exógena na democracia.

Economicamente, esta suposição equivale a impor que, condicionalmente nas defasagens do PIB e nos efeitos fixos do ano e do país, a democratização regional e a variável de onda democrática não têm efeito direto no PIB *per capita* dos países ao longo do tempo. Portanto, a restrição de exclusão exige que ondas são determinantes significativos da democracia, porém não são elas próprias causadas por tendências regionais no PIB futuro. A principal vantagem da suposição 3 sobre as suposições 1 e 2 é que ela permite a heterogeneidade dos países, variável no tempo e não observada, mas exige que tal heterogeneidade não esteja relacionada com vagas regionais passadas de democratização.

Em resumo, contando com as fontes aceitavelmente exógenas de variação na democracia resultantes das ondas de democratização regional, leva a estimativas do impacto da democracia no PIB que estão na mesma ordem de grandeza dos resultados apresentados nos capítulos anteriores. Para Acemoglu et al. (2014), esta terceira estratégia adotada é satisfatória, pois modela a seleção em democracia e não democracia de uma forma totalmente

diferente das duas primeiras, e ainda assim produz estimativas um pouco maiores, porém muito semelhantes.

### 3.4 MECANISMOS

Nesta seção, Acemoglu et al. (2014) exploram os possíveis mecanismos pelos quais a democracia pode afetar o crescimento, embora não seja possível distinguir definitivamente entre esses mecanismos ou descartar a possibilidade de que existam outras variáveis intermediárias em ação. Um novo modelo é estimado utilizando variáveis como: participação do investimento no PIB; produtividade total dos fatores; uma medida de reformas econômicas; participações de comércio e impostos no PIB; matrículas nos ensinos fundamental e médio; mortalidade infantil e por fim, um indicador de agitação social.

Em todas as especificações, as evidências sugerem que a democracia aumenta a probabilidade de reformas econômicas, receita tributária como porcentagem do PIB, melhoram os índices educacionais observados pelas matrículas no ensino fundamental e médio, além de reduzir a mortalidade infantil. Os efeitos da democracia sobre investimentos e abertura para o comércio foram positivos, já as estimativas sobre agitação social foram negativas, mas essas estimativas não foram tão precisas em todas as especificações. Por fim, não houveram evidências de um impacto da democracia sobre a produtividade total dos fatores (PTF).

No geral, esses resultados sugerem que a democracia pode estar atuando através de diversos canais. Em particular, as democracias parecem promulgar reformas econômicas que são propícias ao crescimento. As democracias também parecem arrecadar mais impostos e investir mais em bens públicos relacionados à saúde e educação, o que pode contribuir para o crescimento. Além disso, a democracia parece reduzir a agitação social, o que também pode ter um impacto positivo no crescimento econômico.

Para Acemoglu et al. (2014), essa estratégia não permite estabelecer conclusivamente que estes são os principais mecanismos, pois eles podem ser, eles mesmos, resultados do crescimento econômico, mas o fato de essas variáveis aumentarem após uma democratização — mesmo controlando por atrasos no PIB *per capita* — sugere que são importantes canais pelos quais a democracia pode causar crescimento.

### 3.5 DEMOCRACIA É RUIM PARA PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS?

Por fim, os autores confrontam possíveis hipóteses de que a democracia não é benéfica a países subdesenvolvidos. Alguns autores, como Huntington (1994) acreditam que por possuírem economias simples, possuírem condições culturais e institucionais adversas, o custo para democratização em países subdesenvolvidos é muito elevado. O questionamento é investigado considerando as interações entre democracia, nível de desenvolvimento econômico e capital humano.

Após nova estimativa, Acemoglu et al. (2014) concluem que não há interação significativa entre democracia e o nível de renda de um país que se democratiza. O impacto da democracia não parece depender do nível de desenvolvimento. Contrariando as afirmações populares na literatura, a democracia não tem um efeito negativo para países com baixos níveis de renda. Na verdade, todos os efeitos principais da democracia, que são calculados para países observados, são positivos, e alguns são significativos.

Quando observadas a parcela da população com ensino médio secundário, observou-se um resultado significativo. A evidência foi de que a democracia é mais propícia ao crescimento em países com pessoas mais educadas do que em outros, ainda que um número quantitativamente baixo. Já os resultados quando comparado os efeitos dos níveis na educação primária e terciária não seguiram o mesmo padrão e não foram significativos.

Essa falta de interações significativas entre a democracia e variáveis como o nível de renda sugere que, enquanto a modernização e o desenvolvimento econômico podem desempenhar um papel em vários aspectos da governança e estabilidade social, eles não parecem alterar fundamentalmente a relação entre democracia e desenvolvimento econômico como algumas teorias previam. Isso reforça a noção de que a democracia pode ser benéfica em uma ampla gama de contextos econômicos, não sendo exclusiva ou necessariamente mais eficaz apenas em contextos de alta renda ou alta modernização.

Portanto, enquanto a educação secundária surge como um fator influente na eficácia da democracia para promover o crescimento econômico, outras formas de modernização, como o aumento do nível de renda, não mostram uma interação clara e significativa que modifique o impacto da democracia. Essa constatação pode orientar políticas e estratégias de

desenvolvimento que priorizam a educação e a capacitação humana como meio de fortalecer as instituições democráticas e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Dessa maneira, os autores mostram que uma vez controlada a dinâmica do PIB para em uma regressão MQO (Mínimo quadrados ordinários) de efeitos fixos, há uma diferença econômica e estatística significativa e efeito positivo da democracia no futuro PIB *per capita*. Este resultado permanece verdadeiro nas estimativas do GMM (Método dos momentos generalizado) que levam em conta qualquer viés devido a atrasos variáveis dependentes, bem como com estimadores semi paramétricos que modelam a propensão para a transição para a democracia (e não-democracia), usando defasagens do PIB.

Mediante a vasta gama instrumental utilizada, com diferentes métodos e estimativas e a inclusão de diversas variáveis de controle, os autores encontraram evidências robustas de que a transição para a democracia tem um efeito positivo significativo no crescimento econômico de longo prazo. Além disso, identificaram os mecanismos de causalidade, o impacto das instituições e também os efeitos positivos nas comparações regionais. Essas conclusões têm implicações importantes para formuladores de políticas, sugerindo que promover a democratização pode ser uma estratégia eficaz para fomentar o desenvolvimento econômico sustentável.

No capítulo seguinte, exploraremos perspectivas que contrastam com as de Acemoglu et al. (2014), introduzindo autores que apresentam resultados divergentes sobre o impacto da democracia no crescimento econômico. A análise se aprofundará em estudos que questionam a causalidade entre a implementação de regimes democráticos e o desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, investigaremos casos de nações que conseguiram alcançar o status de potências econômicas sob regimes não democráticos. Esta discussão visa enriquecer nossa compreensão sobre as complexas relações entre formas de governo e progresso econômico, destacando a existência de exceções significativas que desafiam a noção de que a democracia é sempre benéfica ou necessária para o crescimento econômico robusto.

#### 4. VISÕES ALTERNATIVAS E *OUTLIERS*

A busca pelo entendimento pleno de um tema muitas vezes envolve a consideração e análise de diversas perspectivas e abordagens. No âmbito acadêmico, é comum encontrarmos teorias e conceitos centrais que são amplamente aceitos e defendidos, proporcionando uma base sólida para a compreensão de determinado fenômeno. No entanto, o processo de pesquisa e investigação também nos leva a confrontar ideias opostas, desafiando as premissas estabelecidas e estimulando um debate enriquecedor.

Dentro deste contexto, este capítulo propõe-se a explorar e analisar as ideias divergentes em relação à abordagem de Acemoglu et al. (2014). No capítulo anterior, foi mostrado como a teoria central fornece uma estrutura conceitual sólida e robusta para a compreensão da discussão acerca da democracia e crescimento econômico, é importante reconhecer que existem outras perspectivas que oferecem interpretações alternativas e, por vezes, contraditórias. Além disso, este capítulo apresenta algumas das nações que são grandes potências econômicas e que por meio de regimes não democráticos obtiveram sucessivos êxitos econômicos e crescimento acelerado ao longo dos anos, sugerindo e argumentando possíveis motivos para tais resultados tão expressivos.

##### 4.1 JOHN GERRING - UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Uma das visões que contrapõe a ideia de Acemoglu et al. (2014), é a de John Gerring et al. (2005), no artigo publicado *Democracy and economic growth: A Historical Perspective*. A partir de uma metodologia que combina elementos de análise histórica, análise comparativa e interpretação teórica, Gerring e coautores sugerem que a visão predominante é de que a democracia tem um efeito negativo no crescimento do PIB ou nenhum efeito geral. Países com sistemas políticos autoritários são, portanto, previstos para crescer tão rapidamente quanto as democracias, por vezes até mais rápido. Os autores argumentam que a relação entre democracia e crescimento econômico é complexa e variada.

No preâmbulo teórico, Gerring et al. (2005) reconhecem que a democracia pode oferecer benefícios econômicos, como maior estabilidade política, proteção dos direitos de propriedade e incentivos para a inovação e empreendedorismo. Admitem também, que muito provavelmente considerando as democracias no longo prazo, maior será seu capital humano, físico, social e político e conseqüentemente melhor seu desempenho de crescimento mesmo

que de forma indireta. No entanto, os autores também destacam que a democracia pode ter seus próprios desafios e limitações, e que o crescimento econômico nem sempre é garantido em sistemas democráticos.

Além disso, Gerring et al. (2005) examinaram empiricamente evidências históricas para entender como diferentes tipos de regimes políticos impactaram o crescimento econômico ao longo do tempo. Eles consideram uma variedade de fatores, incluindo contexto histórico, instituições políticas e econômicas, e condições sociais, para oferecer uma análise abrangente da relação entre democracia e crescimento econômico. A evidência econométrica encontrada sugere que os aspectos democráticos positivos são equilibrados por aspectos negativos, de modo que o efeito líquido da democracia no desempenho do crescimento nacional no período entre os anos de 1950 e 2000 é negativo ou nulo. Por este motivo, na visão dos autores, embora a maioria dos países ricos do mundo seja democrática, a direção da causalidade não está clara. Essas ideias, portanto, vão de encontro ao pensamento e as conclusões do estudo de Acemoglu et al. (2015).

Uma consideração importante do estudo de Gerring et al. (2005), foram os testes dos efeitos do estoque de democracia no crescimento quando o conceito de democracia é entendido como dicotômico (democracia/autocracia), em vez de contínuo. A partir desta diferenciação, os autores sugerem que a relação com o crescimento é mais forte quando a democracia é considerada como um conceito cumulativo, em vez de contínuo. O período democrático anterior parece importar, independentemente de ter sido ou não interrompido por um intervalo autoritário. Nesta especificação, também observou-se que a relação da democracia com o crescimento é consideravelmente mais forte quando a democracia é medida como um conceito escalar, em vez de dicotômico.

Em suma, o artigo de Gerring et al. (2005) oferece uma perspectiva histórica e analítica sobre a complexa interação entre democracia e crescimento econômico, reconhecendo que essa relação é influenciada por uma série de fatores e não pode ser facilmente generalizada, podendo haver muitas variações para cada contexto específico.

#### 4.2 A IMPORTÂNCIA DE ARGUMENTOS SOBRE ENDOGENEIDADE

O artigo "*Democracy does not cause growth: the importance of endogeneity arguments*" de Pozuelo et al. (2016), discute a relação entre democracia e crescimento

econômico, com ênfase na importância dos argumentos de endogeneidade<sup>7</sup>. O artigo destaca a importância de considerar a endogeneidade ao analisar a relação entre democracia e crescimento econômico. A endogeneidade pode distorcer os resultados do modelo, tornando difícil ou impossível determinar a verdadeira relação causal entre as variáveis. Isso pode levar a estimativas imprecisas e enviesadas, bem como a interpretações errôneas dos resultados.

A partir de um levantamento global com 165 especialistas em democracia de cada país, o artigo distingue as transições democráticas entre aquelas que ocorrem por motivos relacionados a perturbações econômicas, denominadas aqui como endógenas, e aquelas fundamentadas em razões mais externas ao crescimento econômico (exógenas).

Segundo Pozuello et al. (2016), a transição democrática ocorrida no Brasil em 1985, por exemplo, é considerada endógena, pois foi motivada por uma grave crise internacional da dívida e pelos choques do petróleo e das taxas de juros no final dos anos 1970. A forte restrição econômica e a natureza prolongada do processo de descompressão levaram a um grande protesto sobre a política econômica, uma gradual erosão da legitimidade dos militares e uma poderosa oposição que finalmente conseguiu mobilizar a sociedade civil. Por outro lado, um exemplo de transição exógena, é o caso da Coreia do Sul, onde escândalos de corrupção, o surgimento de uma classe média resistente, movimentos estudantis organizados e a pressão externa dos EUA contribuíram para a queda do regime do ditador Chun Doo Hwan. A eleição presidencial de 1987 marcou um ponto decisivo na transição democrática da Coreia do Sul.

Pozuelo et al. (2016) evidenciam que há uma ausência de relação causal direta, que leva a resultados inconclusivos na visão dos autores. Em vez disso, a relação pode ser mediada por uma série de outros fatores. O artigo sugere que as evidências empíricas sobre a relação entre democracia e crescimento econômico são mistas e muitas vezes inconclusivas. Isso sugere que é necessário um exame mais aprofundado para entender a natureza dessa relação. Pozuelo et al. (2016) ressalta também a importância de considerar outras variáveis

---

<sup>7</sup> Joshua D. Angrist & Jörn-Steffen Pischke (2009) explicam que a endogeneidade ocorre quando uma variável explicativa está correlacionada com o termo de erro do modelo, o que pode levar a estimativas enviesadas e interpretações incorretas dos resultados. Eles discutem como a endogeneidade pode surgir de várias fontes, como causalidade reversa, variáveis omitidas e erros de medição. Sugerem que para lidar com o problema de endogeneidade, deve-se incluir o uso de variáveis instrumentais, modelos de equações simultâneas e métodos de diferenças em diferenças.

institucionais, além da democracia, ao analisar o crescimento econômico. Isso inclui fatores como direitos de propriedade, Estado de direito e estabilidade política.

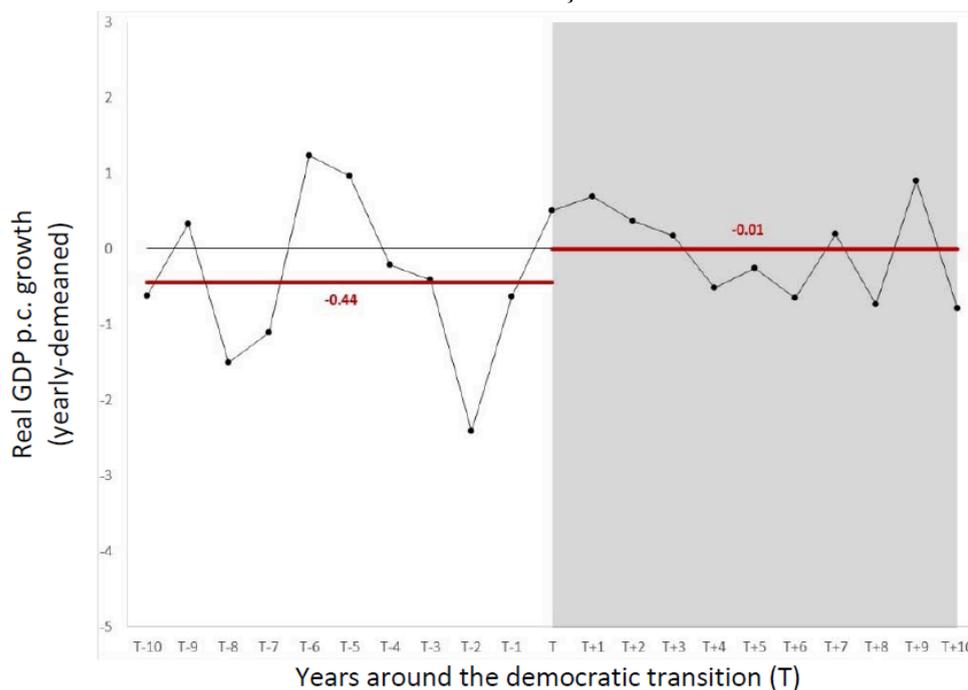
Em resumo, os autores argumentam que a relação entre democracia e crescimento econômico não é direta e simples, mas sim complexa e sujeita a uma série de fatores endógenos e institucionais:

*“O comportamento do crescimento econômico após essas democratizações mais externas indica fortemente que a democracia não ocasiona crescimento. Portanto, a associação positiva comum entre democracia e crescimento econômico é impulsionada por episódios de democratização endógenos (ou seja, devido a uma identificação falha)”* (POZUELO, 2016, p. 4, Tradução livre).

Portanto, a análise deve levar em conta essas nuances para uma compreensão mais completa do fenômeno.

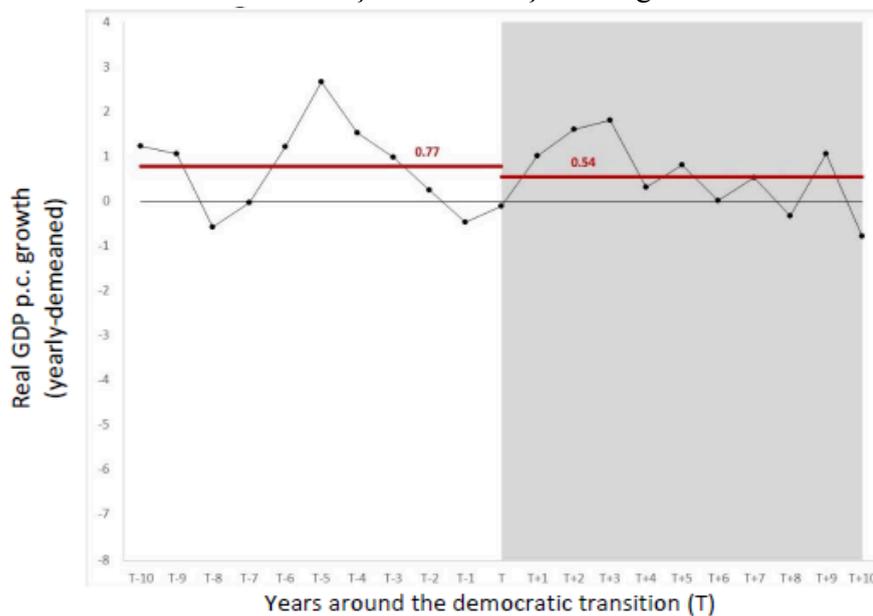
Os gráficos 4, 5 e 6 mostram a evolução da taxa média de crescimento real do PIB *per capita* anual nos dez anos antes (área não sombreada) e depois (área sombreada) de uma transição democrática. Diferenciam-se em transições gerais (não considerando as distinções pré estabelecidas), transições exógenas e transições endógenas. Linhas vermelhas mais grossas representam a taxa média de crescimento antes e depois da democratização. Países socialistas não foram considerados na construção dos mesmos.

Figura 4 - Evolução da taxa média de crescimento real do PIB *per capita* anual antes e depois da democratização.



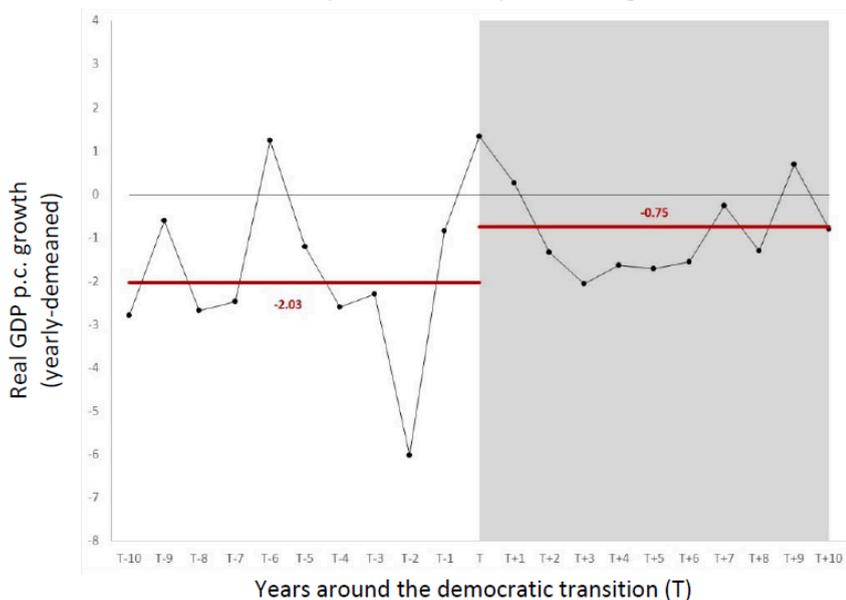
Fonte: Pozuelo et al. (2016).

Figura 5 - Evolução da taxa média de crescimento real do PIB *per capita* anual antes e depois da democratização em transições exógenas.



Fonte: Pozuelo et al. (2016).

Figura 6 - Evolução da taxa média de crescimento real do PIB *per capita* anual antes e depois da democratização em transições endógenas.



Fonte: Pozuelo et al. (2016).

Para Pozuelo et al. (2016), os resultados das transições exógenas mostrados no Gráfico 5, indicam que as conclusões comuns da literatura baseada em dados de painel (como a associação entre democracia e maior crescimento), representadas no Gráfico 4, sejam, na verdade, impulsionadas por episódios de democratização endógena, conforme mostrado no Gráfico 6. Com base nesses resultados, destacados pelas linhas vermelhas mais espessas no Gráfico 6, rejeita-se a hipótese nula de que o crescimento médio antes da democratização (-2,03) é estatisticamente igual ao crescimento observado após a transição (-0,75) ao nível de significância de 5%. Em resumo, os autores acreditam que quando corretamente identificada, a democracia não causa crescimento e, além disso, a conclusão comum de que a democracia tem efeitos positivos sobre o crescimento econômico como a de Acemoglu et al. (2014) é resultado de uma identificação falha.

#### 4.3 - OUTLIERS

Embora a literatura indique que a democracia seja frequentemente associada a melhores resultados econômicos, como sugerido por Acemoglu et al. (2014), há exemplos notáveis de países autoritários que apresentam indicadores econômicos impressionantes. Esses países desafiam a suposição de que a governança democrática é um pré-requisito para o desenvolvimento econômico sustentável. A análise de nações como China, Singapura e

Emirados Árabes Unidos e os demais estados do Golfo, revela que regimes autoritários podem alcançar elevados níveis de crescimento econômico, baixa taxa de desemprego e significativa redução da pobreza. Esta seção examina os casos de alguns desses países, explorando os fatores que contribuem para seu sucesso econômico e discutindo as implicações dessas observações para a teoria do desenvolvimento econômico.

#### 4.3.1 O sucesso do modelo chinês

Dados do *World Bank Open Data*<sup>8</sup> apontam que em 1978, em valores constantes de 2015, a renda média anual de um chinês era de aproximadamente 380 dólares. Em 2022, em valores correntes (sem correção inflacionária), esse valor aumentou para quase 12 mil dólares (US\$11.560,2), ou seja, houve um salto de quase três mil por cento no período. Apesar desse salto impressionante, e de ser a segunda maior economia do mundo, a distribuição de riqueza na China é desigual, refletida em seu PIB *per capita* que não figura entre os 80 melhores. Outro indicativo desta concentração de renda pode ser explicada pelo seu coeficiente de Gini<sup>9</sup>, que segundo o *World Bank Open Data*, em seu último ano de medição (2020) era de apenas 0,37, que embora seja considerado relativamente baixo em comparação com muitos países, ainda indica uma disparidade significativa na distribuição de renda. Essa concentração de riqueza nas mãos de poucos significa que a população em geral carece do poder econômico para desafiar ou exigir reformas do regime autoritário. Essa situação ilustra que o tamanho econômico sozinho não se traduz em prosperidade generalizada ou governança democrática. Diante deste cenário, esta seção do trabalho se dedica a fazer um breve contexto histórico desde o primeiro regime comunista chinês em 1949.

Segundo Medeiros (1999), após a revolução de 1949, a China era marcada por uma grande população, baixo desenvolvimento das forças produtivas e pouca terra agrícola disponível *per capita*. A economia era dual, com áreas predominantemente agrícolas e pequenos polos industriais. Havia uma necessidade urgente de aumentar a produtividade agrícola e acelerar a industrialização devido ao contexto internacional adverso. Em um contexto de Guerra Fria, onde os países tinham que escolher entre os blocos da configuração bipolar do sistema internacional, o comércio com o Ocidente enfrentava severas restrições,

---

<sup>8</sup> Dados disponíveis em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>

<sup>9</sup> “O coeficiente de Gini é uma medida que sintetiza o nível de desigualdade de uma distribuição de renda em um único número. Um coeficiente de Gini igual a 0 significa que não há qualquer desigualdade na população; um coeficiente igual a 1 significa desigualdade máxima.” (MEDEIROS, 2012)

especialmente para os aliados comunistas. Nesse cenário, o líder chinês Mao Tsé-Tung adotou a política de desenvolvimento soviética, implementando uma economia planificada com foco na industrialização e na produção agrícola.

Segundo Milaré e Diegues (2012), dessa necessidade imediata nasceu o “Grande Salto Adiante”, uma política de desenvolvimento que visava alcançar grandes resultados em pouco tempo. Isso levou à perseguição dos opositores do regime comunista a partir de 1957 e ao aprofundamento da coletivização agrícola com a criação de comunas, cuja função era descentralizar a produção e acelerar a expansão das indústrias rurais. Colombo (2018) menciona que o Estado não conseguiu coordenar as comunas de maneira a proporcionar um desenvolvimento homogêneo. Além disso, a criação dessas pequenas entidades representou uma ruptura abrupta com a centralização anterior.

Desse modo, a produção agrícola caiu drasticamente em 1960. Além disso, a desestruturação da produção causada pelo “Grande Salto Adiante” resultou na morte de 10 a 30 milhões de pessoas devido à fome generalizada (Ruiz, 2006). As comunas fracassaram ao desestabilizar a produção e não conseguiram administrar adequadamente o processo de industrialização idealizado por Mao Tsé-Tung. Apesar dessa enorme tragédia humanitária causada por Mao Tsé-Tung, suas reformas e medidas foram fundamentais para estabelecer as bases da indústria na China. Dados do *World Bank Open Data*, apontam que no início dos anos 1950, a agricultura representava 72% do PIB e a indústria apenas 7%. Ao final de seu mandato, essas participações eram quase equivalentes, com 37% para a agricultura e 36% para a indústria. No entanto, quando Mao faleceu em 1976, a China estava em um estado de turbulência social e estagnação econômica.

Deng Xiaoping, figura influente do Partido comunista chinês, assume por meio de um golpe em 1978 e encabeça uma série de reformas políticas e econômicas bem sucedidas. Para Colombo (2018), o sucesso do modelo adotado pela China a partir de então deve-se à sua originalidade: em vez de seguir as teorias tradicionais de liberalização comercial imediata, privatização de empresas estatais e reforma de preços abrupta, a China optou por uma abordagem gradual e adaptada ao contexto interno. Dessa forma, a economia chinesa não sofreu com anacronismos, pois escolheu um modelo de desenvolvimento que considerava as especificidades de sua população, território, economia e história. Este modelo iniciado por

Deng Xiaoping em 1978 com a abertura da China é entendido por alguns acadêmicos, como Ramo (2004) e Li Brødsgaard e Jacobsen (2010), como Consenso de Pequim.

Ramo (2004) cunhou o termo "Consenso de Pequim" para explicar a ascensão da China no sistema internacional. Um país pobre e agrário, cujo regime político na década de 1960 parecia impedir o desenvolvimento, tornou-se uma das principais potências internacionais no século XXI. Segundo Ramo (2004), a China adotou uma estratégia não apenas diferente do Consenso de Washington, mas também em contestação a esse diagnóstico liberal sobre as falhas do intervencionismo estatal. Ele define essa nova abordagem chinesa em três axiomas que juntos formam o Consenso de Pequim: inovação, controle da instabilidade e autodeterminação.

Na esfera doméstica, Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010) destacam os princípios definidores para o desenvolvimento chinês e uma redefinição sobre o Consenso de Pequim: um ambiente político estável e autoconfiança em meio à abertura de mercado. Eles afirmam que o crescimento acelerado da China só foi possível devido à estabilidade política resultante de um partido único e de um regime coeso. Embora tenha havido uma maior liberdade econômica, o sistema político chinês permaneceu essencialmente o mesmo.

Outro princípio doméstico que favoreceu o desenvolvimento chinês destacado por Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010) é o “crescimento econômico para a harmonia social”, onde o desenvolvimento é visto como dependente da estabilidade política, que por sua vez é garantida pela prosperidade do povo. Esse modelo é uma dicotomia entre liberdade de mercado e controle estatal, levando muitos a definir a China como uma “economia socialista de mercado”. Os autores destacam que o crescimento econômico da China resultou de uma combinação de reformas políticas, abertura ao mercado global, desenvolvimento de infraestrutura, modernização industrial e políticas governamentais estratégicas. Eles ressaltam que a centralização do poder e a capacidade de implementar reformas rapidamente são características específicas da China que podem não ser replicáveis em outros países.

Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010), concluem que, embora o modelo chinês ofereça lições valiosas, sua replicação direta é complexa e deve ser adaptada às realidades locais de cada país. Segundo os autores, a grande virtude da China é que, inicialmente, o país deu prioridade ao desenvolvimento econômico e, aos poucos, passou a buscar um

desenvolvimento econômico e social coordenado quando consideraram ter acumulado recursos materiais suficientes. A prova mais evidente disso é a transição estratégica da China para a construção de uma sociedade harmoniosa internamente e de um mundo harmonioso no âmbito internacional. Ainda assim, elementos como abertura gradual, foco em infraestrutura e educação, e descentralização controlada precisam ser moldados conforme o contexto específico de cada nação.

#### **4.3.2 Estados do Golfo, influências religiosas e a "Maldição dos Recursos"**

Países como Bahrein, Emirados Árabes, Catar, Arábia Saudita e Kuwait, embora ricos e com alto PIB *per capita*, não são democracias, pelo contrário, a Arábia Saudita, por exemplo, segundo o The Democracy Index (2024), ocupa a posição de número 150 no ranking, atrás inclusive da China que é a 148<sup>a</sup> na classificação. A presença de vastas reservas de petróleo proporciona uma renda significativa que diminui os incentivos para a democratização nestes países. Essas nações podem facilmente manipular financeiramente a oposição ou potenciais demandas por democracia ao fornecer generosos benefícios estatais aos seus cidadãos, reduzindo a pressão para adotar reformas democráticas.

Segundo Shawki (2024), a participação das famílias governantes e a cooptação das elites desempenham papéis cruciais na manutenção dos regimes autoritários. Também observa que, nos últimos anos, houve uma mudança significativa na utilização das rendas petrolíferas, com os líderes do Golfo agora focando em promover o crescimento econômico e melhorar os padrões de vida de seus cidadãos, ao mesmo tempo em que buscam diversificar e abrir suas economias. Ao comparar os desenvolvimentos políticos e econômicos nos Emirados Árabes Unidos e no Catar, os autores identificam que tanto o rentismo quanto a estrutura de poder familiar e elite continuam sendo fatores importantes que sustentam o autoritarismo na região.

A discussão toca brevemente nas visões de Samuel Huntington que poderiam vincular a falta de democracia em certos países islâmicos à religião. No entanto, contrapõe isso sugerindo que a riqueza proveniente do petróleo e de outros recursos naturais desempenha um papel mais significativo do que fatores religiosos nas estruturas políticas desses países. Para Huntington (1994), a religião tem poder de influenciar diretamente as políticas públicas e a legislação, especialmente em países onde a religião é uma parte integral da identidade

nacional. A prática e as crenças religiosas podem moldar as prioridades políticas e os debates legislativos.

A presença desses recursos é importante, mas nem sempre garante economias fortes e estáveis, pelo contrário. Sachs e Warner (2001) abordam o conceito de "maldição dos recursos", que sugere que países com abundantes recursos naturais, como o petróleo, muitas vezes têm menos incentivo para desenvolver instituições políticas inclusivas. Os autores citam que essa riqueza pode prejudicar o crescimento econômico, incluindo a volatilidade dos preços dos recursos no mercado mundial, que pode levar a uma instabilidade econômica significativa nos países dependentes de tais exportações. Segundo Sachs e Warner (2001) essa abundância ainda pode levar a piores resultados políticos incluindo a diminuição dos incentivos para o governo implementar políticas econômicas sólidas, a corrupção aumentada devido aos lucros substanciais dos recursos naturais, e o enfraquecimento das instituições democráticas.

Os governos de países como Venezuela, Nigéria, Angola, Iraque e Líbia são marcados por regimes autoritários, e ilustram vividamente a chamada "maldição dos recursos". Esses países demonstram que a abundância de petróleo não é uma garantia automática de desenvolvimento econômico robusto. Pelo contrário, pode até mesmo agravar problemas existentes, como corrupção, má governança e uma excessiva dependência de um único recurso natural. Por outro lado, países como os EUA, Canadá, Noruega e Reino Unido, que descobriram petróleo após estabelecerem instituições democráticas, mostram uma trajetória diferente. Nestes casos, a riqueza de recursos foi integrada em um quadro democrático existente, o que ajudou a prevenir a erosão das normas democráticas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1970 foi marcada por uma série de democratizações iniciadas no sul da Europa, em países como Portugal (1974), Grécia (1974) e Espanha (1975). A partir desses eventos, Samuel Huntington (1994) conceituou a "terceira onda" de democratizações ao redor do mundo. Na época, cerca de 30% dos estados independentes tinham democracias eleitorais, e nas três décadas seguintes, esse número cresceu de maneira inédita na história, alcançando cerca de 60% dos estados do mundo. No entanto, quase meio século depois, o início do século XXI marca mudança nessa tendência. A expansão da democracia global estagnou nas últimas duas décadas, com muitas reversões para regimes autoritários e autocráticos. Dada a importância desse sistema de governo, o debate sobre se a democracia não só aumenta os direitos políticos e humanos, mas também se pode proporcionar mais prosperidade econômica, tem sido central em debates acalorados tanto nos círculos acadêmicos quanto políticos.

Na busca por compreender a ligação entre democracia e expansão econômica, este trabalho mergulhou em uma análise abrangente, explorando as perspectivas de diversos autores sobre o tema. A partir desta revisão bibliográfica, evidencia-se que há uma divisão entre aqueles que defendem a ideia de que a democracia promove o crescimento econômico e aqueles que contestam essa visão, destacando a existência de evidências empíricas diversificadas.

Autores como Acemoglu et al. (2014) apresentam argumentos convincentes de que as estruturas democráticas fornecem um ambiente propício para o desenvolvimento econômico sustentável, mostrando que, ao controlar a dinâmica do PIB em uma regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com efeitos fixos, há um efeito positivo e significativo da democracia no futuro PIB *per capita*. Suas estimativas sugerem que um país que muda de não-democracia para a democracia alcança cerca de 20 a 25 por cento maior PIB *per capita* no longo prazo. Como consequência dessa substancial melhora econômica, os reflexos podem surgir em melhorias em termos de governança, maior transparência, e possivelmente uma distribuição de recursos mais equitativa e eficiente. No entanto, outros estudiosos, como Gerring et al. (2005) e Pozuelo et al. (2016), desafiam essa concepção, apontando a complexidade e sugerindo diferentes abordagens metodológicas, na relação entre democracia e crescimento que implica na ausência de resultados consistentes em seus testes econômicos.

Ao longo deste trabalho, também foram explorados conceitos fundamentais, como instituições democráticas e seu impacto no crescimento econômico e os desafios para democracias recém estabelecidas. Reconhecemos que o estabelecimento de instituições democráticas pode influenciar positivamente a estabilidade política, a proteção dos direitos individuais e a promoção da inovação e da competição, todos essenciais para o crescimento econômico a longo prazo.

Além disso, examinamos exemplos de países que alcançaram um crescimento econômico notável sem necessariamente seguir o caminho da democracia estabelecida. Isso nos leva a questionar a presunção de que a democracia é uma condição indispensável para o crescimento econômico, sugerindo que outros fatores, como políticas econômicas eficazes, investimentos em capital humano e estabilidade política, também desempenham papéis cruciais.

A democracia tem grande capacidade de promover um ambiente mais estável para investimentos e inovação, além de potencialmente reduzir os níveis de corrupção e *rent-seeking*. No entanto, é importante considerar que a simples transição para a democracia não garante automaticamente benefícios econômicos; a qualidade das instituições democráticas e a implementação de políticas eficazes são cruciais para capitalizar esses potenciais ganhos econômicos. Ainda que parte da literatura demonstre que a democracia possa proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, seu impacto direto e causal sobre o crescimento ainda é objeto de debate e a literatura sugere que há ambiguidade no assunto. O estudo desse tema desafiador nos lembra da importância de uma abordagem holística e da consideração de diversos fatores ao analisar os determinantes do crescimento econômico em diferentes contextos.

Este trabalho fornece uma base teórica e empírica para compreender a relação entre regimes políticos e crescimento econômico, podendo ajudar a identificar os mecanismos através dos quais a democracia ou outros tipos de regimes políticos influenciam o desempenho econômico. Além disso, pode servir como fundamento para futuras pesquisas acadêmicas, permitindo que outros estudiosos construam sobre os achados do estudo, pois as dinâmicas de política global costumam ser cíclicas e com diversos pontos de observações pertinentes a serem incorporados. Por fim, contribui para um entendimento mais profundo dos fatores que impulsionam o crescimento econômico em diferentes contextos políticos.

## REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron, The form of property rights: oligarchic vs. democratic societies. **NBER Working Paper**, 10037, 2003.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why Nations Fail: the origins of power, prosperity and poverty**. Crown Publishers: New York, 2012.
- ACEMOGLU, D. Oligarchic Versus Democratic Societies. **Journal of the European Economic Association** Volume 6, Issue 1, pages 1–44, 2008.
- ACEMOGLU, D.; NAIDU, S.; RESTREPO, P. & ROBINSON, J.A. Democracy Does Cause Growth. **NBER Working Paper**, 20004, 2014.
- ACEMOGLU, D., JOHNSON, S., & ROBINSON, J. A. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation, **American Economic Review** 91(5): 1369-401, 2001.
- ANGRIST, J.D. & PISCHKE, J. S. **Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion**. Economics Books, Princeton University Press, edition 1, number 8769, 2009.
- ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. **Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations**. *Rev. Econ. Studies*, v. 58, n. 2, p. 277–97, 1991.
- ARELLANO, M.; BOVER, O. Another look at the instrumental variable estimation of error-components models. **Journal of Econometrics**, Amsterdam, v. 68, n. 1, p. 29–51, jan. 1995.
- BARRO, R. J. Democracy and Growth. **Journal of Economic Growth**, v. 1, n. 1, p. 1-27, 1996.
- BARRO, R. **Rule of Law, Democracy, and Economic Performance**. IN 2000 Index of Economic Freedom, ed. by M. Miles et al. The Heritage Foundation, Washington, 2000.
- BHARTI, N. K.; CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SOMANCHI, A. Income and Wealth Inequality in India, 1922-2023: The Rise of the Billionaire Raj, **World Inequality Lab Working Paper** 2024/09. 2024.
- BLOOMBERG. **How India Can Take China's Growth Crown**. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/features/2024-04-07/can-india-overtake-china-as-world-s-growth-engine-it-could-happen-by-2028>>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BOIX, Carles; MILLER, Michael & ROSATO, Sebastian. A Complete Data Set of Political Regimes, 1800–2007. **Comparative Polit. Studies**, v. 46, n. 12, p. 1523–54, 2012.

CARRUTHERS, Bruce G; BABB, Sarah L.. **Economy/Society: Markets, Meanings, and Social Structure**. London: Pine Forge Press, 2000.

CHEIBUB, José Antonio; GANDHI, Jennifer; VREELAND, James R. Democracy and Dictatorship Revisited. **Public Choice**, v. 143, n. 1-2, p. 67-101, 2010.

COLOMBO, Fábio Guilherme. **O Desenvolvimento chinês nos séculos XX e XXI: O consenso de Pequim**. 2018 f. 61. Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DIAMOND, L. & MORLINO, L. The quality of democracy. **CDDRL Working Papers**, N 20, p. 1-35, 2004.

FITTIPALDI, I.; BORGES, R; NETO, G; ARAÚJO, C. M. & COSTA, S. F. Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina?. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 25, n. 62, p.115-129, jun. 2017.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World Research Methodology. Disponível em <<https://freedomhouse.org/reports/freedom-world/freedom-world-research-methodology>> Acesso em: 16, mai. 2024.

GALA, P. A; Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, no 2. 2003.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

GERRING, J.; BOND, P.; BARNDT, W. T.; MORENO, C. Democracy and Growth: A Historical Perspective. **World Politics**, v. 57, n. 3, p. 323–64, 2005.

GRIER, K.B. and TULLOCK, G. An Empirical Analysis of Cross-National Economic Growth, 1951-1980. **Journal of Monetary Economics**, 24, 259-276, 1989.

HUNTINGTON, S.P, **Political Order in Changing Societies**. New Haven: Yale University Press. 1968.

HUNTINGTON, S.P, 1994. **A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX**. Atica.

KRUEGER, Anne O..The Political Economy of the Rent-Seeking Society. **American Economic Review**, v. 64, p. 291-303, 1974.

LI, Xin; BRØDSGAARD, Kjeld Erik; JACOBSEN, Michael. Redefining Beijing Consensus: ten economic principles. **China Economic Journal**, [s.l.], v. 2, n. 3, p.297-311, 4 mar. 2010.

LOPES, Thiago Henrique Carneiro Rios. **Democracia, confiança e crescimento econômico**. 2015. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Cap. 2.

MARKOFF, J. **Waves of Democracy: Social Movements and Political Change**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1996.

MEDEIROS, C.A. **China entre os séculos XX e XXI**. In: FIORI, J.L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de Desigualdade e Pobreza** - Brasília: Editora UnB, 2012.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.359-378, ago. 2012. Trimestral.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. (1990).

PAPAIOANNOU, E.; SIOUROUTIS, G. Economic and social factors driving the third wave of globalization. **Journal of Globalization and Development**, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2008.

PEREIRA, L.C.B. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**. vol. 28, nº 1 (109), pp. 47-71, 2008.

PEREIRA, L.C.B. Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo**. 93: 33-60, 2014.

PERSSON, T. & TABELLINI, G. The Growth Effects of Democracy: Is it Heterogenous and How Can It Be Estimated? **NBER Working Paper** No. 13150, 2007.

POZUELO, J.R.; SLIPOWITZ, A.; VULETIN, G. Democracy does not cause growth: the importance of endogeneity arguments. **IDB Working Paper Series**, n. 694, 2016.

PRZEWORSKI, Adam, **Party Systems and Economic Development**. Tese de Doutorado. Northwestern University, 1966.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus**. Londres: The Foreign Policy Centre, 2004.74 p.

REMMER, K. Democracy and Economic Crisis: the Latin American Experience. **World Politics**, v. 42, n. 3, pp. 315-335, 1990. DOI:10.2307/2010414

SACHS, J. and WARNER, A. The Curse of Natural Resources. **European Economic Review**, v. 45, p. 827-838, 2001.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. Oxford University Press: Oxford, 1999.  
Disponível em: <<http://www.c31.uni-oldenburg.de/cde/OMDE625/Sen/Sen-intro.pdf>>.  
Acesso em: 27 jun 2024.

SHAWKI, N.. **The Impact of Rentierism on Authoritarian Durability in the Gulf**. [Master's Thesis, the American University in Cairo]. AUC Knowledge Fountain, 2024.

SIEDENBERG, Dieter Rugard; MAILLAT, Denis. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 168 p. 2006.

SLOAN, J. and TEDIN, K.L. The Consequences of Regimes Type for Public-Policy Outputs. **Comparative Political Studies**, 20, 98-124, 1987.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2023: Age of conflict**. New York, 2024.

UNDP. 2023 Global Multidimensional Poverty Index (MPI). New York: UNDP, 2023. Disponível em:

<<https://hdr.undp.org/content/2023-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>> Acesso em 10. jun 2024.

VARIETIES OF DEMOCRACY INSTITUTE. Defiance in the Face of Autocratization. Democracy Report 2023. Gothenburg: **Varieties of Democracy Institute (V-Dem Institute)**, 2023. Disponível em <<https://www.v-dem.net/publications/democracy-reports/>>. Acesso em: 10. jun 2024.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro : teoria e exercícios, glossário com os 260 principais conceitos econômicos**. São Paulo: Atlas. 2002.

WORLD BANK OPEN DATA. World Development Indicators. World Data Bank, 2024. Disponível em::<<http://databank.worldbank.org/data/source/worlddevelopment-indicators>> acesso em 27 jun 2024.